Presidência do Governo

Resolução do Conselho do Governo n.º 95/2018 de 22 de agosto de 2018

A Resolução do Conselho do Governo n.º 72/2018, de 20 de junho aprovou a Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social 2018-2028, que tem por objetivo central a redução dos níveis de pobreza na Região Autónoma dos Açores, retomando a convergência para a média nacional e assegurando simultaneamente a coesão entre os diferentes territórios dos Açores.

A Resolução em apreço estabelece, no seu n.º 5, que o conjunto de ações a implementar conducentes à concretização das prioridades identificadas na Estratégia constam de Planos de Ação de periodicidade bianual, aprovados por Resolução do Conselho do Governo.

O n.º 6 da citada Resolução do Conselho do Governo determina que o Conselho Estratégico dispõe do prazo de trinta dias a contar da data da entrada em vigor daquela Resolução para submeter à apreciação do Conselho do Governo o I Plano de Ação de Combate à Pobreza e Exclusão Social, para o biénio 2018-2019.

Assim, nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 90.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores e do n.º 5 da Resolução do Conselho do Governo n.º 72/2018, de 20 de junho, o Conselho do Governo resolve:

1 - Aprovar o I Plano de Ação de Combate à Pobreza e Exclusão Social 2018-2019, que constitui o anexo à presente Resolução e que dela faz parte integrante.

2 – Estabelecer que, para alcançar as prioridades constantes da Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social são definidos objetivos específicos, medidas, indicadores, metas, entidades responsáveis e parcerias envolvidas.

3 – Estabelecer que a coordenação, execução e avaliação do presente Plano de Ação cabe ao Conselho Estratégico, órgão criado e constituído nos termos do n.º 2 da Resolução do Conselho do Governo n.º 72/2018, de 20 de junho.

4 - Determinar que a presente Resolução entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovada em Conselho do Governo Regional, em Santa Cruz da Graciosa, em 11 de julho de 2018. - O Presidente do Governo Regional, *Vasco Ilídio Alves Cordeiro.*

Governo dos Açores

Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social

Plano de Ação 2018-2019

ÍNDICE

I - Introdução 5

II - Ações a implementar no biénio 2018-2019 10

Prioridade 1- Assegurar a todas as crianças e jovens, desde o início de vida, um processo de desenvolvimento integral e inclusivo 11

P1.1- Promoção da saúde infantojuvenil através de uma resposta pública, universal e eficaz 12

P1.1.1 – Promoção da vigilância da saúde infantojuvenil 12

P 1.1.2- Promoção da alimentação saudável: 15

P 1.1.3- Promoção da saúde mental infantil 17

P1.2- Promoção da parentalidade responsável 18

P1.2.1- Desenvolvimento de ações de apoio aos pais no exercício de uma parentalidade responsável ao longo da vida das crianças 18

P1.3- Aumento do acesso de crianças na primeira infância, a respostas sociais e educativas 23

P1.3.1- Aumentar o número de crianças integradas em creche 23

P1.3.3- Continuar o alargamento da cobertura pré-escolar 27

P1.4- Promoção do sucesso escolar em todos os níveis de ensino 28

P1.4.1- Consolidação e alargamento da Parceria de Intervenção Comunitária para o sucesso educativo: "Escola, família, comunidade" 28

P1.4.2- Reforço das atividades extraescolares dos jovens e orientação para estudo 29

P1.4.3- Consolidação da Rede de Centros de Desenvolvimento e Inclusão Juvenil e alargamento da sua abrangência 32

P1.4.4- Promoção da literacia científica, tecnológica, de natureza e cultural 35

P1.5- Promoção da saúde e desenvolvimento pessoal dos jovens 39

P1.5.1- Implementação do Plano de Ação Regional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e das Dependências 2018 - 2020. 39

P1.5.2 Alargamento da Saúde Escolar a Escolas Profissionais e Centros de Desenvolvimento e Inclusão Juvenil (CDIJ) 44

P1.5.3- Desenvolvimento de projetos promotores de aquisição de competências pessoais através da prática de atividades desportivas, culturais e ambientais 46

P1.6- Aumento da empregabilidade dos jovens e a sua inserção no mercado de trabalho através da melhoria da qualificação, em especial os NEEF (jovens que não estão a estudar, a trabalhar ou em formação) 49

P1.6.1- Sinalização dos jovens NEEF 49

P1.6.2- Caracterização dos Jovens NEEF 50

P1.6.3- Adoção de estratégias de intervenção junto dos jovens assentes em percursos alternativos de aquisição de competências 51

P1.6.4- Incentivar a inserção laboral dos jovens através de medidas públicas de apoio ao emprego 54

Prioridade 2- Reforçar a coesão social na Região 58

P2.1- Responder aos desafios do envelhecimento 59

P2.1.1- Promoção do Envelhecimento Ativo através do melhor acesso a iniciativas culturais e atividade física por parte dos idosos 59

P2.1.2- Apoio aos cuidadores informais 63

P2.1.3- Melhor acesso a cuidados de saúde 65

P2.1.4- Aumentar a mobilidade dos idosos 67

P2.1.5- Reforço das respostas de acolhimento direcionadas a idosos 69

P2.2- Requalificação técnica das respostas sociais destinadas a pessoas com deficiência e promoção da sua integração no mercado de trabalho 70

P2.2.1- Conceção e implementação do Programa AQI - Avaliar, Qualificar, Inserir 70

P2.2.2- Aumento e requalificação da capacidade de resposta em Centro de Atividades Ocupacionais 77

P2.3- Promoção da Saúde Mental 78

P2.3.1- Implementação da Rede Regional de Cuidados Continuados Integrados de Saúde Mental 78

P2.3.2- Melhorar a transição entre a vida ativa e a reforma 79

Prioridade 3- Implementar uma intervenção territorializada 80

P3.1- Dinamização dos Polos Locais de Desenvolvimento e Coesão Social nos territórios prioritários 81

P.3.1.1- Conceção do enquadramento legal e suporte aos PLDCS 81

P.3.1.2- Dinamização de fóruns locais promotores do envolvimento da população em questões cívicas 82

P3.2- Identificação e dinamização local de iniciativas geradoras de emprego 83

P.3.2.1-Promover o acesso de públicos mais fragilizados e afastados do mercado laboral a novas oportunidades de emprego 83

P.3.2.2- Capacitar as Comunidades Piscatórias 85

P3.2.3- Capacitar as Comunidades Rurais 89

P3.3 – Operacionalização da rede de Polos Locais de Desenvolvimento e Coesão Social (PLDCS) 92

P3.3.1- Constituição da equipa de coordenação da rede de PLDCS e das equipas responsáveis pela Dinamização dos Polos 92

P3.3.2-Identificação de territórios prioritários 93

P3.3.3- Conceção e implementação dos Planos Locais de Ação 94

Prioridade 4- Garantir o conhecimento adequado sobre o fenómeno da pobreza na Região 95

P4.1-Criação do Observatório das Dinâmicas Sociais dos Açores (ODSA) 96

P4.2-Conceção do Sistema Integrado de Informação das Dinâmicas Sociais dos Açores (SIIDSA) 97

III- Considerações Finais 98

IV - Glossário 100

V - Anexos 102

Lista de ações por Prioridade Estratégica e Área de Intervenção 102

Afetação de recursos por área de intervenção 106

Distribuição de ações por prioridade estratégica 106

Distribuição de ações por âmbito territorial 107
Distribuição de ações por impacto no combate à pobreza e exclusão social 107
Distribuição de ações por tipo 107
Nº de ações por entidade responsável 108
Nº de acções por objetivos do biénio 2018-2019 108

I - Introdução

O Governo Regional dos Açores aprovou, através da Resolução n.º 72/2018, de 20 de junho, a Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social para o período de 2018-2028, adiante designada por Estratégia, que define quatro grandes prioridades de intervenção, com o objetivo central de reduzir os níveis de pobreza na Região Autónoma dos Açores, retomando a convergência para a média nacional e assegurando simultaneamente a coesão entre os diferentes territórios dos Açores:

- **Prioridade 1** - Assegurar a todas as crianças e jovens, desde o início de vida, um processo de desenvolvimento integral e inclusivo;
- **Prioridade 2 -** Reforçar a coesão social na Região;
- **Prioridade 3** - Promover uma intervenção territorializada;
- **Prioridade 4** - Garantir o conhecimento adequado sobre o fenómeno da pobreza na Região.

A concretização da Estratégia assenta na implementação de planos de ação de duração bianual, sendo que o presente plano, **o I Plano de Ação de Combate à Pobreza e Exclusão Social,** vigorará em 2018 e 2019.

A responsabilidade da conceção, coordenação e execução destes planos cabe ao Conselho Estratégico, órgão constituído pelos membros do Governo Regional que tutelam as áreas do Emprego, Economia, Solidariedade Social, Educação e Saúde. Também a sua avaliação cabe a este órgão, estando prevista uma avaliação no início de 2020. Não obstante, haverá uma monitorização regular da sua execução e dos resultados alcançados, tendo como referência o Diagnóstico que serviu de base à elaboração da Estratégia e que será alvo de atualizações periódicas, constituindo-se por isso, num instrumento central no processo de avaliação.

A partir das prioridades definidas na Estratégia e face às áreas de maior fragilidade identificadas no referido Diagnóstico, identificam-se, para este primeiro biénio, quatro objetivos específicos norteadores da ação, a saber:

- **Objetivo 1** - Assegurar que todos os cidadãos, em especial as crianças e os jovens, possam exercer plenamente o direito universal aos cuidados de saúde, nomeadamente através de **medidas de promoção da saúde e prevenção da doença**, bem como o acesso a serviços de saúde de qualidade;

- **Objetivo 2 -** Tornar os sistemas educativos mais aptos a romper o ciclo vicioso da desigualdade, fazendo com que todas as crianças e jovens usufruam de uma **educação inclusiva e de qualidade,** que contribua para o desenvolvimento físico cognitivo, social e emocional;

- **Objetivo 3 -** Garantir a **equidade no acesso a serviços de qualidade** e economicamente comportáveis para as famílias;

- **Objetivo 4 -** Melhorar a **inserção no mercado de trabalho**, particularmente dos jovens, através do suporte à procura de emprego e qualificação adequada.

Considera-se que o desenvolvimento integral e inclusivo das crianças e jovens, primeira prioridade definida na Estratégia, assentará, sobretudo, em dois aspetos basilares. Por um lado, o acesso a um sistema regional de saúde de qualidade, vigilante, responsivo e indutor de hábitos de vida saudável como forma de promoção da saúde. Por outro lado, pela garantia de um sistema educativo que proporcione as condições para que o sucesso escolar esteja ao alcance de todos, independentemente das suas condições económicas e sociais. Este último, complementado pela integração em creche, desde cedo, e de forma igualitária a todas as crianças, corrigindo as assimetrias que hoje ainda se identificam nesta matéria.

Mas além das crianças e jovens, existem outros grupos especialmente vulneráveis que importa atender de forma a concretizar um efetivo reforço da coesão social, segunda prioridade assumida na Estratégia. Deve, por isso, ser assegurado o acesso a um conjunto de serviços de qualidade e a preços comportáveis. Além das respostas no âmbito da Saúde e Educação, está previsto um conjunto de ações conducentes ao reforço de respostas sociais direcionadas a públicos mais vulneráveis, de que são exemplo o aumento das vagas em estruturas residenciais para idosos, o alargamento dos serviços domiciliários de saúde, a requalificação técnica dos Centros de Atividades Ocupacionais

dirigidos a pessoas com deficiência e a criação de condições facilitadoras da sua inserção profissional.

Sendo certo que o acesso à saúde e educação são aspetos fulcrais na mobilidade social a longo prazo, o acesso a um emprego de qualidade, por parte dos jovens e adultos que hoje vivenciam a pobreza, representa o caminho para obter os recursos adequados, que proporcionem, a si e à sua família, condições de vida dignas. Importa, assim, desenvolver um conjunto de ações que promovam a qualificação dos ativos, melhorem o suporte na procura de emprego e aumentem a empregabilidade, incluindo-se aqui, entre outras, ações facilitadoras da conciliação da vida familiar e profissional. Muitas destas ações, e dadas as especificidades dos territórios e das suas comunidades, serão desenvolvidas a partir de uma intervenção territorializada, corporizando a terceira prioridade definida na Estratégia.

Se, desde o início do processo de conceção da Estratégia, se valorizou e promoveu o envolvimento dos diversos atores locais e regionais, numa construção participada, como aspeto chave para o seu sucesso, a questão da participação coloca-se, ainda com maior acuidade, na fase de execução do plano. A sua estrutura de organização e a metodologia de operacionalização orientam-se nesse sentido. Ao tratar-se de um plano integrado realça-se o envolvimento dos diferentes departamentos do governo na consecução partilhada de cada ação sob tutela de uma entidade responsável. Mas releva-se, igualmente, o facto de que também a sua implementação se pauta pelo envolvimento de líderes locais na sua dinamização e articulação entre as entidades e atores comunitários com papel ativo neste processo. Esta dinâmica é especialmente relevante no âmbito das ações que assentam na intervenção territorializada.

Todo este processo será devidamente suportado e potenciado por um melhor conhecimento desta problemática, aspeto da maior relevância e considerado também, por isso, uma prioridade da Estratégia.

Assume-se, pois, o desafio da integração de respostas centradas nas pessoas e nas suas famílias, como foco de atenção para uma metodologia de atuação abrangente ao longo de toda a vida, desde a conceção até à velhice, dando um enfoque especial à população infantojuvenil.

O estilo de vida das pessoas confere, atualmente, uma diversidade de fatores de risco e de multimorbilidades que aumenta a complexidade da abordagem às situações de pobreza e exclusão social. O presente plano de ação, embora prevendo ações

direcionadas para as pessoas nas várias fases da vida, dá, assumidamente, a primazia à população infantojuvenil, como "porta de entrada" desta estratégia por se entender que, desta forma, se consegue o envolvimento de um público-alvo que exerce um forte poder de influência no principal grupo social – a família, o que potencia uma integração mais sustentada, com repercussões geracionais a médio e longo prazo. É, assim, transposta para o presente Plano a linha orientadora claramente traçada na Estratégia, de preponderância de ações que assumem um carácter preventivo e estrutural, tendo em conta que na Região existe já um conjunto adequado de mecanismos de carácter reparador e remediativo.

No biénio 2018-2019 são identificados quatro objetivos específicos, constantes da tabela abaixo, entendidos como determinantes para reduzir a pobreza e exclusão social na Região. De forma a monitorizar o efeito das ações do presente Plano sobre estes objetivos são identificados indicadores considerados chave para cada um deles, com uma relação mais direta com a ação governativa e que, por isso, assumirão um papel de barómetro relativamente ao desempenho do Plano.

Objetivos do Biénio 2018-2019	Indicadores
Objetivo 1 - Assegurar que todos os cidadãos, em especial as crianças e os jovens, possam exercer plenamente o direito universal aos cuidados de saúde, nomeadamente através de **medidas de promoção da saúde e prevenção da doença,** bem como o acesso a serviços de saúde de qualidade;	o o Taxa de cobertura de Médico de Medicina Geral e Familiar o Taxa de mortalidade infantil o Taxa de cobertura vacinal o Taxa de obesidade (dados COSI) o Taxa de cobertura pelo Programa Regional de Intervenção Precoce
Objetivo 2 - Tornar os sistemas educativos mais aptos a romper o ciclo vicioso da desigualdade, fazendo com que todas as	o Taxa de abandono precoce de educação e formação

Objetivos do Biénio 2018-2019	Indicadores
crianças e jovens usufruam de uma **educação inclusiva e de qualidade,** que contribua para o desenvolvimento físico cognitivo, social e emocional;	o Taxa de jovens que não trabalham, não estudam nem seguem uma formação (NEEF) o Taxa bruta de pré-escolarização o Taxa de integração em creche/ama das crianças do 1º escalão do Complemento Açoriano ao Abono de Família de Crianças e Jovens
Objetivo 3 - Garantir a **equidade no acesso a serviços de qualidade** e economicamente comportáveis para as famílias;	o Taxa potencial de cobertura de creches e amas o Taxa potencial de cobertura de Centros de Atividades de Tempos Livres o Taxa potencial de cobertura de estruturas residenciais para idosos
Objetivo 4 - Melhorar a **inserção no mercado de trabalho**, particularmente dos jovens, através do suporte à procura de emprego e qualificação adequada.	o Taxa de desemprego jovem o Taxa de desemprego o Taxa de atividade feminina

II - Ações a implementar no biénio 2018-2019

Neste capítulo são apresentadas as ações que se entende serem relevantes pôr em prática, no âmbito de cada uma das quatro prioridades definidas, pelo contributo esperado na redução e prevenção da pobreza e exclusão social. Para cada uma delas é feita uma breve caracterização, é indicada a tipologia, os destinatários, a entidade responsável pela sua execução e os parceiros envolvidos. É ainda identificada a sua abrangência, local, sempre que na génese da sua implementação são considerados critérios de âmbito territorial, ou regional, se se espera que abranja toda a Região, ainda que de forma faseada.

No que respeita ao item "tipologia", cada ação é classificada como de *melhoria* sempre que se trata de mecanismos já existentes e que serão melhorados, seja ao nível do processo, seja ao nível da sua abrangência. As ações que respeitam a iniciativas que serão postas em prática pela primeira vez são identificadas como *novas de aplicação generalizada* se têm um cariz abrangente e se é expectável que se prolonguem no tempo, ou *novas de aplicação experimental* se se trata de um projeto piloto, circunscrito a um determinado grupo de destinatários ou territórios, desenvolvido numa perspetiva de experimentação e inovação social e que, em função dos resultados obtidos, poderá posteriormente passar, ou não, para uma fase de disseminação.

É feita ainda uma avaliação de cada ação em função do impacto esperado ao nível da redução da pobreza e exclusão social, tendo em conta o número de destinatários, o caráter estrutural da ação no combate à pobreza e a sua centralidade no âmbito da Estratégia, em que se alicerça o presente Plano de Ação.

Prioridade 1- Assegurar a todas as crianças e jovens, desde o início de vida, um processo de desenvolvimento integral e inclusivo

A presente prioridade traduz o carácter estrutural e preventivo que serve de linha orientadora no combate à pobreza e exclusão social na Região. As ações a seguir identificadas visam impedir a reprodução intergeracional da pobreza e corrigir desigualdades o mais precocemente possível. Incidem, por isso, em áreas de maior vulnerabilidade que importa acautelar, nomeadamente ao nível do acesso igualitário à saúde e a criação de condições promotoras do sucesso escolar e posteriormente da qualificação dos jovens, facilitando a sua inserção profissional e, por essa via, criando condições para uma maior mobilidade social dos mais desfavorecidos.

Os resultados alcançados com as diversas ações a desenvolver no âmbito desta prioridade serão potenciados numa perspetiva territorial, através das ações previstas na terceira prioridade, garantindo uma ação mais incisiva nos territórios onde os problemas se colocam com maior proeminência. Igualmente, será determinante garantir uma monitorização adequada das várias dimensões envolvidas e da avaliação dos resultados alcançados através deste conjunto de ações. O sistema de informação que será criado no âmbito da quarta prioridade responderá a esta necessidade, tornando o conhecimento um instrumento crucial para uma ação mais direcionada e eficaz no sentido de alcançar resultados estruturantes e duradouros.

As ações apresentadas estão alinhadas com as áreas de intervenção prioritárias definidas na Estratégica, a saber:

- P1.1- Promoção da saúde infantojuvenil através de uma resposta pública, universal e eficaz;
- P1.2-Promoção da parentalidade responsável;
- P1.3- Aumento do acesso de crianças na primeira infância, a respostas sociais e educativas;
- P1.4- Promoção do sucesso escolar em todos os níveis de ensino;
- P1.5- Promoção da saúde e desenvolvimento pessoal dos jovens;
- P1.6- Aumento da empregabilidade dos jovens e a sua inserção no mercado de trabalho através da melhoria da qualificação, em especial os NEEF.

P1.1- Promoção da saúde infantojuvenil através de uma resposta pública, universal e eficaz

P1.1.1 – Promoção da vigilância da saúde infantojuvenil

A 1.1.1.1- Aumentar a taxa de cobertura dos Exames Globais de Saúde	
Caraterização	
O Exame Global de Saúde (EGS) é uma consulta realizada às crianças de 5 e de 12/13 anos no âmbito da vigilância de saúde infantil. O objetivo é detetar precocemente qualquer sinal de aviso ao nível do estado de saúde das crianças e fazer o encaminhamento para os médicos especialistas.	
Tipo de Ação	Melhoria
Destinatários	Crianças de 5 e de 12/13 anos abrangidas pelo sistema educativo regional
Responsável	Direção Regional da Prevenção e Combate às Dependências
Parceiros	Direção Regional da Saúde e Escolas
Âmbito	Regional
Impacto	Elevado

Indicadores		**Sit. Inicial**
I1.1.1.1.01	Proporção das crianças de 5 anos que realizaram o EGS	91% (2017)
I1.1.1.1.02	Proporção das crianças de 12-13 anos que realizaram o EGS	87% (2017)

Metas		
#	2018	2019
M1.1.1.1.01	-	95 %
M1.1.1.1.02	-	92 %

Calendarização		
#	2018	2019
C1.1.1.1.01	●	●
C1.1.1.1.02	●	●

A 1.1.1.2- Promover a vigilância infantil através das consultas de saúde infantojuvenil

Caraterização

As Unidades de Saúde de Ilha desenvolvem, ao abrigo do Programa de Saúde Infantojuvenil, uma oferta de consultas de medicina e enfermagem por forma a garantir um acompanhamento efetivo e regular do desenvolvimento infantojuvenil. São desenvolvidas ações de prevenção e promoção da saúde junto das crianças, jovens e figuras parentais, ao que se acrescenta a avaliação e diagnóstico da situação de saúde, tramitando o devido encaminhamento para áreas de especialidade. Face ao exposto, pretendem-se melhorar os mecanismos de identificação das crianças que não se encontram acompanhadas, bem como de sensibilização dos pais para aumentar a frequência de consultas de vigilância, principalmente nos primeiros anos de vida.

Tipo de Ação	Melhoria
Destinatários	Crianças e famílias
Responsável	Direção Regional da Saúde e Unidades de Saúde de Ilha
Parceiros	Entidades hospitalares
Âmbito	Regional
Impacto	Elevado

Indicadores		**Sit. Inicial**
I1.1.1.2.01	Taxa de recém-nascidos com pelo menos uma consulta de vigilância realizada até aos 28 dias de vida	45,66% (2016)
I1.1.1.2.02	Taxa de crianças com pelo menos 6 consultas de vigilância de saúde infantil no 1º ano de vida	31,08% (2016)
I1.1.1.2.03	Taxa de crianças com pelo menos 3 consultas de vigilância de saúde infantil no 2º ano de vida	50,09% (2016)

Metas

#	2018	2019
M1.1.1.2.01	-	55 %
M1.1.1.2.02	-	41 %
M1.1.1.2.03	-	60 %

Calendarização

#	2018	2019
C.1.1.1.2.01	●	●
C.1.1.1.2.02	●	●
C.1.1.1.2.03	●	●

A 1.1.1.3- Melhorar a taxa de resposta atempada a crianças referenciadas no âmbito do Programa Regional de Intervenção Precoce

Caraterização

A intervenção precoce assenta na articulação de serviços e instituições inseridos na comunidade, atuando de forma descentralizada e coordenada, de modo a privilegiar e assegurar o desenvolvimento de dinâmicas locais para apoio a crianças e respetivas famílias, desde a deteção das limitações, incapacidades ou fatores de risco até ao ingresso no sistema educativo.

Serão implementados mecanismos que garantam a monitorização do encaminhamento e a redução do tempo de resposta.

Tipo de Ação	Melhoria
Destinatários	Crianças e Famílias
Responsável	Direção Regional da Saúde
Parceiros	Direção Regional da Solidariedade Social e Direção Regional da Educação
Âmbito	Regional
Impacto	Grande

Indicadores		**Sit. Inicial**
I1.1.1.3.01	Tempo de resposta para a realização da consulta	n. a.

Metas

#	2018	2019
M1.1.1.3.01	-	Aumento da taxa de resposta atempada em 5 pp, face aos valores a apurar em 2018

Calendarização

#	2018	2019
C1.1.1.3.01	-	●

P 1.1.2- Promoção da alimentação saudável:

A 1.1.2.1- Implementar o Plano Regional de Promoção da Alimentação Saudável		
Caraterização		
Com base na necessidade de definir políticas que visem melhorar o estado nutricional e de saúde da população açoriana, entendeu-se como prioritária a definição e implementação de um conjunto de ações intersectoriais e integradas em matéria de hábitos alimentares. Pretende-se, desta forma, modificar os hábitos alimentares inadequados dos cidadãos, capacitando-os para a tomada de decisões informadas acerca da escolha dos alimentos e práticas culinárias saudáveis, promovendo não só o combate ao excesso de peso e obesidade, mas também contribuindo para a prevenção e controlo de outras doenças relacionadas com este fator de risco como a diabetes, a hipertensão arterial ou as doenças oncológicas. No Programa em apreço são também contempladas medidas que visam a melhoria da qualificação e do modo de atuação dos diferentes profissionais que, pela sua atividade, possam influenciar conhecimentos, atitudes e comportamentos na área alimentar.		
Tipo de Ação	Nova, de aplicação generalizada	
Destinatários	População em geral, com enfoque nas crianças e jovens; Profissionais de saúde	
Responsável	Direção Regional da Saúde	
Parceiros	Serviços de Saúde do SRS, Direção Regional da Educação, Direção Regional da Solidariedade Social, Câmaras do Comércio, Núcleo Regional da Liga Portuguesa Contra o Cancro, Ordem dos Psicólogos e outros serviços dependentes da Administração Regional	
Âmbito	Regional	
Impacto	Grande	
Indicadores		**Sit. Inicial**
I1.1.2.1.01	Implementação do Plano	n. a.
Metas		
#	2018	2019
M1.1.2.1.01	Inicio da implementação	
Calendarização		
#	2018	2019
C1.1.2.1.01	●	●

A 1.1.2.2- Melhorar a oferta alimentar das Creches e Jardins de Infância		
Caraterização		
Melhorar a oferta alimentar nas Creches e Jardins de Infância na R.A.A. financiadas ao abrigo de contratos de cooperação com o Instituto da Segurança Social dos Açores. Será elaborado e disseminado um manual de orientações básicas para uma oferta alimentar saudável nas Creches. Será ainda divulgado junto dos Jardins de Infância, o Manual "Refeitórios Escolares Saudáveis" já desenvolvido pela Direção Regional da Educação.		
Tipo de Ação	Nova, de aplicação generalizada	
Destinatários	Creches e Jardins de Infância com contratos de cooperação com o Instituto da Segurança Social dos Açores	
Responsável	Direção Regional da Solidariedade Social	
Parceiros	Direção Regional da Educação, Direção Regional da Saúde, Instituto da Segurança Social dos Açores, Instituições Particulares de Solidariedade Social com valência de creche e ou Jardim de Infância ao abrigo de contratos de cooperação com o Instituto da Segurança Social dos Açores	
Âmbito	Regional	
Impacto	Médio	
Indicadores		**Sit. Inicial**
I 1.1.2.2.01	Conceção e disseminação do Manual de Orientações Básicas para uma Oferta Alimentar Saudável	n.a.
Metas		
#	2018	2019
M1.1.2.2.01	-	Conclusão do Manual e disseminação
Calendarização		
#	2018	2019
C1.1.2.2.01		

P 1.1.3- Promoção da saúde mental infantil

A 1.1.3.1- Acompanhar os pais de crianças com perturbações do foro comportamental	
Caraterização	
Aplicar o programa de educação parental "*Anos Incríveis Básico para Pais*" a pais com crianças referenciadas e ou acompanhadas nas USI, numa perspetiva de promoção da saúde mental infantil e prevenção dos problemas de comportamento desde idade precoce para que estes possam dispor das ferramentas necessárias para acompanhar os seus filhos, desempenhando assim um papel ativo no processo terapêutico destes.	
Tipo de Ação	Nova, de aplicação generalizada
Destinatários	Pais e ou outras figuras parentais de crianças dos 2 aos 8 anos com perturbações do foro comportamental.
Responsável	Instituto da Segurança Social dos Açores
Parceiros	Unidades de Saúde de Ilha (USI)
Âmbito	Regional
Impacto	Médio

Indicadores		**Sit. Inicial**
I1.1.3.1.01	Número de intervenções grupais iniciadas	n.a.
I1.1.3.1.02	Proporção de pais e outras figuras parentais participantes com melhoria das práticas parentais pós intervenção	n.a.
I1.1.3.1.03	Proporção de crianças abrangidas pelo programa com melhoria dos comportamentos pós intervenção	n.a.

Metas		
#	2018	2019
M1.1.3.1.01	-	Iniciar 2 intervenções
M1.1.3.1.02	-	Melhoria das práticas parentais em pelo menos 50% dos pais
M1.1.3.1.03	-	Melhoria dos comportamentos em pelo menos 50% das crianças

Calendarização		
#	2018	2019
C1.1.3.1.01	-	●
C1.1.3.1.02	-	●
C1.1.3.1.03	-	●

P1.2- Promoção da parentalidade responsável

P1.2.1- Desenvolvimento de ações de apoio aos pais no exercício de uma parentalidade responsável ao longo da vida das crianças

A 1.2.1.1- Conceber um programa de apoio aos pais na educação dos seus filhos, desde a gravidez e ao longo dos vários estádios de desenvolvimento destes		
Caraterização		
Conceber um programa regional de apoio aos pais, iniciando-se durante a gravidez e ao longo dos vários estádios de desenvolvimento dos seus filhos. Pretende-se identificar os momentos-chave do desenvolvimento da criança de forma a dotar os pais de informação e ferramentas preparatórias para o exercício da parentalidade o mais adequada possível, minimizando os fatores de *stress* para os pais e as repercussões para o desenvolvimento pessoal da criança. Serão fornecidos conteúdos pedagógicos através de vários canais, nomeadamente de plataformas digitais, da realização de sessões de reflexão e aconselhamento individual ou de grupo sobre temas específicos como fatores de risco e mudanças expectáveis nas várias idades das crianças. Abarcará a conceção de instrumentos incentivadores de vivências diversificadas e enriquecedoras, promotoras de um desenvolvimento equilibrado das crianças e jovens açorianos.		
Tipo de Ação	Nova, de aplicação generalizada	
Destinatários	Famílias, professores e técnicos	
Responsável	Grupo de trabalho com representantes das áreas da Educação, Saúde, Cultura e Solidariedade Social	
Parceiros	Direções Regionais da Educação, Saúde, Cultura e Solidariedade Social, Instituto da Segurança Social dos Açores e Associações	
Âmbito	Regional	
Impacto	Elevado	
Indicadores		**Sit. Inicial**
I1.2.1.1.01	Apresentação do programa	n. a.
Metas		
#	2018	2019
M1.2.1.1.01	-	Apresentação do Programa
Calendarização		
#	2018	2019
C1.2.1.1.01	-	●

A 1.2.1.2- Promover atividades conjuntas entre pais e filhos, de partilha de momentos de leitura e ou conteúdos digitais

Caraterização

Desenvolver atividades intergeracionais de promoção do Livro e da Leitura junto das crianças e famílias, com enfoque nas mais desfavorecidas, através da disseminação na Região de sessões de contos, exploração da leitura em contexto informal, *workshops* e dinamização de sessões de leitura. Os serviços educativos dos museus e bibliotecas da região dinamizarão atividades regulares de promoção do Livro e da Leitura entre pais e filhos.

Tipo de Ação	Nova, de aplicação experimental
Destinatários	Crianças, jovens e respetivos pais
Responsável	Direção Regional da Cultura
Parceiros	Escolas, Juntas de Freguesia, Instituições Particulares de Solidariedade Social, Associações, Casas do Povo
Âmbito	Regional
Impacto	Médio

Indicadores		**Sit. Inicial**
I1.2.1.2.01	Número de crianças acompanhadas pelos pais participantes nas sessões de leitura conjunta	n. a.

Metas

#	2018	2019
M1.2.1.2.01	250[1]	10.000

Calendarização

#	2018	2019
C1.2.1.2.01	●	●

[1] Dados referentes ao projeto-piloto desenvolvido na ilha de São Jorge.

A 1.2.1.3- Capacitar os pais para a promoção da saúde, bem estar e desenvolvimento das crianças, através do alargamento do programa de educação parental da Região

Caraterização

Consolidar a aplicação dos programas de educação parental na Região, com destaque para os recentes programas internacionais *Mais Família Mais Jovem* e *Anos Incríveis*, assentes nas vertentes preventiva, educativa e promocional/reparadora, de promoção das boas práticas parentais, através do desenvolvimento da parentalidade positiva e socialização da criança na comunidade, com o foco na capacitação da autonomia familiar, no sucesso escolar da criança e no desenvolvimento de suas potencialidades e na prevenção da pobreza infantil do ponto de vista das relações e no bom trato.

Tipo de Ação	Melhoria
Destinatários	Famílias
Responsável	Instituto da Segurança Social dos Açores
Parceiros	Direção Regional da Educação, Instituições Particulares de Solidariedade Social e Universidade de Coimbra
Âmbito	Regional
Impacto	Grande

Indicadores		**Sit. Inicial**
I1.2.1.3.01	Número de pais e outras figuras parentais a serem abrangidos	174 (2017)
I1.2.1.3.02	Número de crianças alvo de intervenção	264 (2017)

Metas

#	2018	2019
M1.2.1.3.01	220	250
M1.2.1.3.02	280	420

Calendarização

#	2018	2019
C1.2.1.3.01	●	●
C1.2.1.3.02	●	●

A 1.2.1.4- Implementar o projeto-piloto "Oficinas da Parentalidade Positiva"

Caraterização

Conceber ações direcionadas a famílias com crianças dos 0 aos 3 anos (1.ª fase do projeto), com o intuito de suscitar a reflexão sobre um tema de interesse destas, contribuindo para o fortalecimento dos laços comunitários, o exercício dos seus direitos e deveres, a participação social e a prevenção de riscos, entre outras áreas. Desta forma proporciona-se a oportunidade de acesso a estratégias de disciplina positiva que promovam a boa parentalidade.

Tipo de Ação	Nova, de aplicação experimental
Destinatários	Famílias
Responsável	Instituto da Segurança Social dos Açores
Parceiros	Direção Regional da Educação, Instituições Particulares de Solidariedade Social, Unidades de Saúde de Ilha
Âmbito	Local
Impacto	Médio

Indicadores		**Sit. Inicial**
I1.2.1.4.01	Realização da 1.ª Oficina	n. a.

Metas

#	2018	2019
M1.2.1.4.01	-	Realização da 1.ª Oficina

Calendarização

#	2018	2019
C1.2.1.4.01	-	

A 1.2.1.5- Desenvolver ações de sensibilização para os direitos das crianças		
Caraterização		
Desenvolver sessões concelhias de divulgação da Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança destinadas aos diferentes grupos-alvo com intervenção direta na operacionalização dos seus princípios, designadamente: as próprias crianças e jovens, pais/cuidadores e familiares, entidades com competência em matéria de infância e juventude e a comunidade local. Pretende-se, numa perspetiva de prevenção primária, fortalecer a comunidade local enquanto rede de suporte social, informar sobre o impacto da negligência, sobre os recursos disponíveis e promover uma maior sensibilização para as suas diferentes manifestações assim como uma crescente intolerância às dinâmicas e comportamentos negligentes.		
Tipo de Ação	Nova, de aplicação generalizada	
Destinatários	Crianças e jovens, pais/cuidadores e familiares, entidades com competência em matéria de infância e juventude	
Responsável	Comissariado dos Açores para a Infância	
Parceiros	Municípios e Comissões de Proteção de Crianças e Jovens da Região	
Âmbito	Regional	
Impacto	Médio	
Indicadores		**Sit. Inicial**
I1.2.1.5.01	Número de sessões realizadas	n. a.
Metas		
#	2018	2019
M1.2.1.5.01	-	19
Calendarização		
#	2018	2019
C1.2.1.5.01	-	●

P1.3- Aumento do acesso de crianças na primeira infância, a respostas sociais e educativas

P1.3.1- Aumentar o número de crianças integradas em creche

A 1.3.1.1 Sensibilizar os pais para a integração das crianças em creche		
Caraterização		
Desenvolver um conjunto de ações de sensibilização das famílias para a importância da integração das crianças em creche, quer ao nível da sua estimulação e desenvolvimento, quer também como uma forma de facilitar a integração no mercado de trabalho do progenitor cuidador. Pretende-se, assim, aumentar a proporção de crianças integradas em creche, entre as famílias com rendimentos mais baixos, de forma a alcançar a taxa mínima desejável recomendada pela OCDE, de 33%, valor já alcançado, em termos médios, na Região.		
Tipo de Ação	Melhoria	
Destinatários	Famílias com crianças com idade até 3 anos não integradas em creche e ama, com baixos rendimentos	
Responsável	Instituto da Segurança Social dos Açores	
Parceiros	Instituições Particulares de Solidariedade Social, Direções Regionais da Saúde e da Educação	
Âmbito	Regional	
Impacto	Elevado	
Indicadores		**Sit. inicial**
I1.3.1.1.01	Taxa de integração em creche/ama das crianças do 1.º escalão do Complemento Açoriano ao Abono de Família de Crianças e Jovens	27,2% (2017)
Metas		
#	2018	2019
M1.3.1.1.01	-	30%
Calendarização		
#	2018	2019
C1.3.1.1.01	●	●

A 1.3.1.2- Reforçar o número de vagas disponíveis em creche

Caraterização

Alargar a rede de creches da Região, através da realização de investimento público com vista ao aumento da capacidade instalada, assim como a requalificação da capacidade existente.

Atualmente, a Rede Regional de Equipamentos e Serviços Sociais conta com 67 creches, disponibilizando um total de 2787 vagas, com uma frequência efetiva de cerca de 2350 crianças. No entanto, apesar da oferta disponível se traduzir já numa taxa de cobertura potencial de 41,6%, acima da taxa mínima desejável recomendada pela OCDE, de 33%, subsistem concelhos com taxas de cobertura abaixo desta última, situação que importa colmatar, através do aumento do número de vagas disponíveis nestes territórios.

Tipo de Ação	Melhoria
Destinatários	Crianças com idade até 3 anos
Responsável	Direção Regional da Solidariedade Social
Parceiros	Instituições Particulares de Solidariedade Social
Âmbito	Regional
Impacto	Elevado

Indicadores		**Sit. inicial**
I1.3.1.2.01	Número de vagas criadas	n.a.
I1.3.1.2.02	Número de vagas reabilitadas	n.a.

Metas

#	2018	2019
C1.3.1.2.01	-	130
M1.3.1.2.02	-	150

Calendarização

#	2018	2019
C1.3.1.2.01	●	●
C1.3.1.2.02	●	●

P1.3.2-Implementação da resposta de ATL para crianças entre os 3 e 5 anos

A 1.3.2.1- Definir conteúdos pedagógicos e atividades adequados à resposta de Centro de Atividades de Tempos Livres (CATL) direcionado para crianças entre os 3 e 5 anos		
Caraterização		
Definição, através de diploma legal, das condições de instalação e funcionamento desta resposta social, incluindo a definição dos conteúdos lúdico-pedagógicos, tendo em conta que se trata de uma resposta que funcionará como complemento ao horário praticado pela rede pública de ensino pré-escolar. Assegurará assim um horário mais alargado de forma a contribuir para a conciliação da vida familiar e profissional.		
Tipo de Ação	Nova, de aplicação generalizada	
Destinatários	Instituições Particulares de Solidariedade Social	
Responsável	Instituto da Segurança Social dos Açores	
Parceiros	Direção Regional da Educação	
Âmbito	Regional	
Impacto	Grande	
Indicadores		**Sit. inicial**
I1.3.2.1.01	Publicação no diploma legal enquadrador da resposta social de CATL	n.a.
Metas		
#	2018	2019
M1.3.2.1.01	Publicação do diploma legal	-
Calendarização		
#	2018	2019
C1.3.2.1.01		-

A 1.3.2.2- Alargar a resposta de Centro de Atividades de Tempos Livres (CATL) direcionada para crianças entre os 3 e 5 anos

Caraterização

A resposta de CATL passará a abranger crianças dos 3 aos 5 anos, como complemento ao horário de funcionamento do ensino pré-escolar da rede pública com o objetivo de facilitar a conciliação da vida familiar e profissional.

Tipo de Ação	Nova, de aplicação generalizada
Destinatários	Crianças entre os 3 e 5 anos que frequentam a rede pública de ensino pré-escolar
Responsável	Instituto da Segurança Social dos Açores
Parceiros	Direção Regional da Educação
Âmbito	Regional
Impacto	Elevado

Indicadores		**Sit. inicial**
I1.3.2.2.01	Número de novas crianças abrangidas por esta resposta	n. a.

Metas		
#	2018	2019
M1.3.2.2.01	-	120

Calendarização		
#	2018	2019
C1.3.2.2.01	_	

P1.3.3- Continuar o alargamento da cobertura pré-escolar

A 1.3.3.1- Encaminhar as crianças entre os 3 e 5 anos, não inseridas em Jardim de Infância, para esta resposta através da sensibilização das respetivas famílias

Caraterização

Sensibilizar os pais e encarregados de educação para a importância da integração das crianças de 3 e 4 anos no ensino pré-escolar, pela relevância que a frequência deste tipo de respostas desempenha no seu processo de desenvolvimento. Serão assim desenvolvidas ações articuladas entre a Direção Regional da Educação e o Instituto da Segurança Social dos Açores, junto das famílias com este propósito.

Tipo de Ação	Melhoria
Destinatários	Crianças, entre os 3 e 4 anos, não inseridas no ensino pré-escolar
Responsável	Direção Regional da Educação
Parceiros	Instituto da Segurança Social dos Açores, Instituições Particulares de Solidariedade Social, Juntas de Freguesia e organizações locais
Âmbito	Regional
Impacto	Elevado

Indicadores		**Sit. Inicial**
I1.3.3.1.01	Taxa de pré-escolarização da R.A.A.	Ano letivo 2016/17: o 3 anos: 73,8 %; o 4 anos: 89,6 %; o 5 anos: 99,6 %.

Metas

#	2018	2019
M1.3.3.1.01	_	Ano letivo 2019/2020: o 3 anos: >=80 %; o 4 anos: 93 %; o 5 anos: 100 %.

Calendarização

#	2018	2019
C1.3.3.1.01	●	●

P1.4- Promoção do sucesso escolar em todos os níveis de ensino

P1.4.1- Consolidação e alargamento da Parceria de Intervenção Comunitária para o sucesso educativo: "Escola, família, comunidade"

A 1.4.1.1- Consolidar a Parceria de Intervenção Comunitária para o sucesso educativo "Escola, família, comunidade" e disseminar a novas escolas

Caraterização

A Parceria de Intervenção Comunitária (PIC) foi uma metodologia desenvolvida sob a coordenação científica do Instituto Superior de Psicologia Aplicada, subjacente às intervenções desenvolvidas nas escolas dos concelhos de Lagoa e Vila Franca do Campo, iniciadas em 2016/17 e 2017/18, respetivamente. Assenta numa articulação próxima e de confiança entre as escolas, as famílias, a Segurança Social e permitiu criar condições na escola, nas famílias e nas comunidades (nomeadamente com o envolvimento de associações culturais e desportivas locais) para que a oportunidade de sucesso escolar esteja ao alcance de todos. Será por isso implementada, no ano letivo 2018/19, nos concelhos de Povoação e Nordeste. No ano letivo de 2019/2020 serão abrangidas mais duas escolas, alargando-se a parceria também à área da saúde.

Tipo de Ação	Melhoria
Destinatários	Alunos, famílias, professores e comunidade
Responsável	Direção Regional da Educação
Parceiros	Encarregados de Educação, Instituto da Segurança Social dos Açores, Direção Regional da Solidariedade Social, Direção Regional da Saúde, Autarquias, associações culturais e desportivas locais, Centros de Desenvolvimento e Inclusão Juvenil locais, Comissões de Proteção de Crianças e Jovens locais e Instituto Superior de Psicologia Aplicada
Âmbito	Local
Impacto	Elevado

Indicadores		**Sit. inicial**
I1.4.1.1.01	Número de Parcerias de Intervenção Comunitária	2 intervenções

Metas		
#	2018	2019
M1.4.1.1.01	4	6

Calendarização		
#	2018	2019
C1.4.1.1.01	●	●

P1.4.2- Reforço das atividades extraescolares dos jovens e orientação para estudo

A 1.4.2.1- Apoiar o estudo dos jovens através da criação de Pontos de Apoio

Caraterização

Desenvolvimento de um projeto-piloto entre as autarquias locais e o Governo Regional no sentido da criação de espaços facilitadores de hábitos e métodos de estudo e mobilizadores do gosto pela aprendizagem. Os espaços permitirão o desenvolvimento de novas competências e a consolidação de aprendizagens, apresentando-se como espaços de formação não-formal, no qual poderão os jovens desenvolver trabalhos individuais e coletivos, contribuindo, desta forma, para o sucesso escolar.

Tipo de Ação	Nova, de aplicação experimental
Destinatários	Alunos do ensino básico e do secundário
Responsável	Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores
Parceiros	Direção Regional da Educação, Direção Regional da Solidariedade Social e Associações Locais
Âmbito	Local
Impacto	Grande

Indicadores		**Sit. inicial**
I1.4.2.1.01	Conceção do projeto e início da sua implementação	n. a.

Metas

#	2018	2019
M1.4.2.1.01	-	Implementação no ano letivo de 2019/2020

Calendarização

#	2018	2019
C1.4.2.1.01	●	●

A1.4.2.2- Implementar melhorias no funcionamento dos CATL em resultado de um estudo de caracterização do funcionamento desta resposta

Caraterização

A presente ação visa realizar uma caracterização e um diagnóstico aprofundado da situação dos CATL da Região, identificando as perspetivas dos principais intervenientes, com o objetivo de emitir recomendações para a melhoria futura desta resposta social enquanto contexto de promoção do desenvolvimento das crianças.

Tipo de Ação	Nova, de aplicação generalizada
Destinatários	Estruturas de CATL, crianças e famílias
Responsável	Direção Regional da Solidariedade Social
Parceiros	Instituto da Segurança Social dos Açores, Instituição de Ensino Superior e Instituições Particulares de Solidariedade Social
Âmbito	Regional
Impacto	Elevado

Indicadores		**Sit. inicial**
I1.4.2.2.01	Disponibilização do relatório intercalar	n. a.

Metas

#	2018	2019
M1.4.2.2.01	-	Disponibilização do relatório intercalar

Calendarização

#	2018	2019
C1.4.2.2.01	●	●

A1.4.2.3- Assegurar aos jovens a partir dos 12 anos uma resposta de ocupação de tempos livres		
Caraterização		
Desenvolver atividades de ocupação dos jovens, nomeadamente daqueles com necessidades educativas especiais, no período pós escolar, com foco na melhoria das suas competências pessoais e pedagógicas, funcionando de forma complementar mas em articulação com a escola. Serão assim generalizadas as iniciativas piloto já em curso na Região.		
Tipo de Ação	Nova, de aplicação generalizada	
Destinatários	Jovens com idades compreendidas entre os 12 anos e os 18 anos	
Responsável	Instituto da Segurança Social dos Açores	
Parceiros	Direção Regional da Solidariedade Social, Direção Regional da Educação, Direção Regional da Cultura, Direção Regional da Ciência e Tecnologia, Direção Regional da Juventude e Direção Regional da Prevenção e Combate às Dependências	
Âmbito	Regional	
Impacto	Elevado	
Indicadores		**Sit. Inicial**
I1.4.2.3.01	Número de jovens abrangidos por esta resposta	90 (2017)
Metas		
#	2018	2019
M1.4.2.3.01	-	210
Calendarização		
#	2018	2019
C1.4.2.3.01	●	●

P1.4.3- Consolidação da Rede de Centros de Desenvolvimento e Inclusão Juvenil e alargamento da sua abrangência

A1.4.3.1- Alargar a Rede de Centros de Desenvolvimento e Inclusão Juvenil através da criação de novas estruturas

Caraterização

Alargar a Rede Regional de Centros de Desenvolvimento e Inclusão Juvenil (CDIJ) através da criação de duas novas estruturas: uma na ilha Graciosa e outra na ilha Terceira, no concelho da Praia da Vitória. Esta ação visa dar resposta aos jovens entre os 14 e os 25 anos, em situação de risco social. A intervenção tem como objetivos promover o desenvolvimento pessoal e social dos jovens, contribuir para a sua formação escolar e profissional, potenciando um projeto de vida saudável e a sua integração social plena.

Tipo de Ação	Melhoria
Destinatários	Jovens entre os 14 e os 25 anos em situação de absentismo escolar e/ou em risco social.
Responsável	Instituto da Segurança Social dos Açores
Parceiros	Direção Regional da Educação, Instituições Particulares de Solidariedade Social
Âmbito	Regional
Impacto	Elevado

Indicadores		**Sit. inicial**
I1.4.3.1.01	Número de estruturas	10 (2017)

Metas

#	2018	2019
M1.4.3.1.01	11	12

Calendarização

#	2018	2019
C1.4.3.1.01	●	●

A1.4.3.2- Reforçar a capacidade técnica dos Centros de Desenvolvimento e Inclusão Juvenil (CDIJ)

Caraterização

Reforçar a capacidade técnica das equipas da Rede Regional de Centros de Desenvolvimento e Inclusão Juvenil (CDIJ) através da promoção de formação e encontros regionais anuais. Esta ação pretende dotar os técnicos dos CDIJ de mais competências ao nível da prevenção do consumo de substâncias psicoativas, intervenção comunitária e saúde mental dos adolescentes, bem como proporcionar anualmente um momento conjunto de reflexão e partilha de boas práticas.

Tipo de Ação	Melhoria
Destinatários	Equipas técnicas e monitores dos CDIJ e professores das escolas parceiras
Responsável	Instituto da Segurança Social dos Açores
Parceiros	Direção Regional da Prevenção e Combate às Dependências, Direção Regional da Educação, Direção Regional da Juventude, Direção Regional do Emprego e Qualificação Profissional, Direção Regional da Saúde e Instituições Particulares de Solidariedade Social com valência de CDIJ
Âmbito	Regional
Impacto	Grande

Indicadores		**Sit. Inicial**
I1.4.3.2.01	Realização de ações de formação destinadas a técnicos dos CDIJ e do ISSA	n. a.
I1.4.3.2.02	Realização de um encontro anual	n. a.

Metas

#	2018	2019
M1.4.3.2.01	2	2
M1.4.3.2.02	-	1

Calendarização

#	2018	2019
C1.4.3.2.01	●	●
C1.4.3.2.02	-	●

A1.4.3.3- Alargar a idade limite dos jovens abrangidos pela resposta dos Centros de Desenvolvimento e Inclusão Juvenil de forma a reduzir o abandono precoce de educação e formação

Caraterização

Alterar a idade limite dos jovens abrangidos pela intervenção dos Centros de Desenvolvimento e Inclusão Juvenil (CDIJ), passando de 21 para 25 anos, de forma a permitir uma melhor resposta ao abandono precoce de educação e formação, que abrange jovens dos 18 aos 24 anos de idade. Considera-se que a resposta de desenvolvimento de competências para a inclusão dos jovens com maiores constrangimentos ao sucesso escolar passa também pela adaptação da resposta dos CDIJ à faixa etária onde a probabilidade de não progressão de estudos ou formação é maior, ou seja, quando os jovens atingem a maioridade, mas não concluíram o 12.º ano de escolaridade.

Tipo de Ação	Melhoria
Destinatários	Jovens em abandono escolar precoce de educação e formação
Responsável	Instituto da Segurança Social dos Açores
Parceiros	Instituições Particulares de Solidariedade Social com valência de CDIJ e Direção Regional da Educação
Âmbito	Regional
Impacto	Elevado

Indicadores		**Sit. inicial**
I1.4.3.3.01	Número de jovens a frequentar os CDIJ	548 (2017)

Metas

#	2018	2019
M1.4.3.3.01	-	Aumentar em 10 %

Calendarização

#	2018	2019
C1.4.3.3.01	●	●

P1.4.4- Promoção da literacia científica, tecnológica, de natureza e cultural

A1.4.4.1- Conceber um programa regional, de carácter lúdico-pedagógico, de valorização do sucesso e progressão escolar

Caraterização

Conceber um programa que proporcione aos alunos, no final de cada ciclo, o acesso a experiências fora da comunidade de origem. Será valorizado não só o sucesso, mas sobretudo a progressão escolar. Pretende-se assim premiar o empenhamento e resultados escolares, numa perspetiva de desenvolvimento de competências escolares e pessoais.

Tipo de Ação	Nova, de aplicação experimental
Destinatários	Alunos de fim de ciclo de escolaridade que reúnam os critérios de acesso
Responsável	Grupo de trabalho constituído por elementos da Direção Regional da Educação, da Solidariedade Social, do Turismo, dos Transportes e o Instituto de Segurança Social dos Açores
Parceiros	Direção Regional da Juventude, Direção Regional da Cultura, Autarquias, Centros de Desenvolvimento e Inclusão Juvenil
Âmbito	Regional
Impacto	Médio

Indicadores		**Sit. Inicial**
I1.4.4.1.01	Entrada em funcionamento do Programa	n. a.

Metas

#	2018	2019
M1.4.4.1.01	-	Ano letivo de 2019/2020

Calendarização

#	2018	2019
C1.4.4.1.01		

A1.4.4.2- Implementar o projeto-piloto "Ciência na Escola"

Caraterização

Implementar a iniciativa "Ciência na Escola" que consiste no desenvolvimento de ações de divulgação de ciência e tecnologia junto de um conjunto pré-definido de escolas que serão levadas a cabo pelos quatro Centros de Ciência localizados em S. Miguel: o Observatório Astronómico de Santana (OASA), o Observatório Vulcanológico (OVGA), o Expolab e o Observatório Microbiano (OMIC).

Tipo de Ação	Nova, de aplicação experimental
Destinatários	Crianças do 1.º ciclo das escolas das freguesias de Água de Pau, Fenais da Ajuda e Rabo de Peixe
Responsável	Direção Regional da Ciência e Tecnologia
Parceiros	Rede de Centros de Ciência dos Açores e Direção Regional da Educação
Âmbito	Local
Impacto	Médio

Indicadores		**Sit. inicial**
I1.4.4.2.01	Proporção das crianças do 1.º ciclo das escolas das freguesias de Água de Pau, Fenais da Ajuda e Rabo de Peixe participantes nas iniciativas	n. a.

Metas

#	2018	2019
M1.4.4.2.01	-	80%

Calendarização

#	2018	2019
C1.4.4.2.01	●	●

A1.4.4.3- Alargar e difundir os conteúdos da plataforma Recursos Educativos Digitais e Abertos (REDA)

Caraterização

A REDA – Recursos Educativos Digitais Abertos é uma plataforma de recursos educativos gratuitos, digitais e de utilização aberta, que permite a lecionação dos programas letivos com recurso às Novas Tecnologias em contexto de sala de aula. Permite a redução do papel impresso, da utilização sistemática do manual escolar e promove a criatividade e inovação nas salas de aula. Pretende-se uma maior divulgação desta plataforma dentro e fora das escolas da Região, com recurso a campanhas publicitárias, sessões de apresentação e utilização da plataforma, assim como o estabelecimento de novas parcerias para enriquecimento da plataforma ao nível dos recursos disponíveis.

Tipo de Ação	Melhoria
Destinatários	Crianças, pais, professores e educadores
Responsável	Direção Regional da Educação
Parceiros	Direção Regional da Cultura, Direção Regional da Solidariedade Social, Direção Regional da Saúde, Direção Regional da Prevenção e Combate às Dependências e Direção Regional da Ciência e Tecnologia
Âmbito	Regional
Impacto	Elevado

Indicadores		**Sit. inicial**
I1.4.4.3.01	Integração de conteúdos proporcionados pelas Direções Regionais parceiras	n. a.
I1.4.4.3.02	Aumento do número de novos utilizadores	7.837 (2017)

Metas

#	2018	2019
M1.4.4.3.01	Integração dos conteúdos da Direção Regional da Cultura	Integração dos conteúdos da Direção Regional de Ciência e Tecnologia
M1.4.4.3.02	Aumento superior a 10%	Aumento superior a 20%

Calendarização

#	2018	2019
C1.4.4.3.01	●	●

A1.4.4.4- Disseminar os conteúdos culturais presentes nas bibliotecas e museus da Região através de exposições itinerantes com serviço educativo		
Caraterização		
Realizar exposições itinerantes de temática variada, no âmbito da História e Cultura dos Açores, que terão uma componente de itinerância pelas diversas freguesias da região. A mobilidade cultural e o acesso à produção cultural nas suas mais variadas formas por parte das comunidades mais periféricas é um desiderato das políticas culturais da Região. Estas exposições serão mobilizadas por atores locais para garantir que o contacto com a cultura chega aos mais jovens, particularmente aos menos habituados a visitar museus e ou bibliotecas. Pretende-se com esta ação a redução de desigualdades no acesso à cultura.		
Tipo de Ação	Nova, de aplicação experimental	
Destinatários	Crianças	
Responsável	Direção Regional da Cultura	
Parceiros	Casas do Povo, Juntas de Freguesia e associações	
Âmbito	Regional	
Impacto	Médio	
Indicadores		**Sit. inicial**
I1.4.4.4.01	Número total de eventos realizados nas freguesias da região	n. a.
Metas		
#	2018	2019
M1.4.4.4.01	-	50
Calendarização		
#	2018	2019
C1.4.4.4.01	_	●

P1.5- Promoção da saúde e desenvolvimento pessoal dos jovens

P1.5.1- Implementação do Plano de Ação Regional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e das Dependências 2018 - 2020.

A1.5.1.1- Realizar um estudo de caracterização dos comportamentos aditivos na Região Autónoma dos Açores		
Caraterização		
Caracterizar os fenómenos de consumo e dependência de substâncias psicoativas junto dos consumidores da Região, de acordo com o escalão etário, género, nível de escolaridade, situação profissional, nível socioeconómico, tipologia e padrões de consumo, e área geográfica de residência destes consumidores. Igualmente, conhecer os mecanismos envolvidos na etiologia e manutenção dos comportamentos aditivos dos consumidores da Região. Serão ainda identificadas as características dos utentes do Serviço Regional de Saúde que apresentam consumos de substâncias psicoativas. Partindo destes pressupostos, este estudo permitirá estabelecer novas linhas orientadoras de intervenção nesta área, designadamente ao nível dos vários territórios e comunidades.		
Tipo de Ação	Nova, de aplicação generalizada	
Destinatários	População em geral	
Responsável	Direção Regional da Prevenção e Combate às Dependências	
Parceiros	Universidade dos Açores	
Âmbito	Regional	
Impacto	Elevado	
Indicadores		**Sit. inicial**
I1.5.1.1.01	Conclusão do estudo	n. a.
Metas		
#	2018	2019
M1.5.1.1.01	Conclusão e apresentação do estudo	-
Calendarização		
#	2018	2019
C1.5.1.1.01	●	-

A1.5.1.2- Implementar o Plano de Ação para a Redução dos Problemas Ligados ao álcool

Caraterização

A realidade Açoriana relativa aos consumos de álcool e aos problemas deles decorrentes induziu a preparação de uma estratégia direcionada para a redução dos níveis de consumo e para a minimização dos problemas associados. Este Plano investirá em dois grandes domínios: a redução da procura e a redução da oferta dando, de forma equilibrada, a devida relevância às duas abordagens. As ações serão desenvolvidas tendo em conta o ciclo vital, uma vez que a idade é um fator preponderante no planeamento e consequente sucesso das intervenções, com o objetivo de prevenir, identificar precocemente e implementar mecanismos de resposta adequados a situações efetivas de comportamentos aditivos e dependências.

Tipo de Ação	Nova, de aplicação generalizada
Destinatários	População em geral
Responsável	Direção Regional da Prevenção e Combate às Dependências
Parceiros	Entidades públicas e privadas com responsabilidades em matéria de consumo de álcool
Âmbito	Regional
Impacto	Elevado

Indicadores		**Sit. inicial**
I1.5.1.2.01	Prevalência de consumo de alguma bebida alcoólica nos últimos 30 dias	59,9% (2016)

Metas

#	2018	2019
M1.5.1.2.01	-	Reduzir em 1 p.p.

Calendarização

#	2018	2019
C1.5.1.2.01	●	●

A1.5.1.3- Implementar o projeto "Domicílios e Carros 100% Livres de Fumo", no âmbito do Plano de Ação de Combate ao tabagismo

Caraterização

O plano de ação de combate ao tabagismo assenta na diminuição da incidência, diminuição da prevalência, na proteção dos não-fumadores da exposição ao fumo passivo e na monitorização das condições de fabrico e de venda dos produtos do tabaco. A exposição ao tabagismo verifica-se nas populações com uma situação socioeconómica mais frágil e menos escolarizadas, pelo que a redução da sua dependência, potencia melhores índices de saúde e bem-estar. A intervenção "Domicílios e Carros 100% Livres de Fumo" é um programa de prevenção da exposição das crianças ao Fumo Ambiental do Tabaco (FAT). É destinado a crianças do 3.º ano de escolaridade e aos seus pais ou encarregados de educação, e tem como principal finalidade aumentar a prevalência de pais que não fumam e ou não permitem que se fume no domicílio e no carro. O programa foi desenhado para ser aplicado em contexto escolar, na sala de aula, assumindo-se como uma ação preventiva de comportamentos de risco.

Tipo de Ação	Nova, de aplicação generalizada
Destinatários	Crianças do 3.º ano e seus pais ou encarregados de educação
Responsável	Direção Regional da Prevenção e Combate às Dependências
Parceiros	Universidade do Minho e Direção Regional da Educação
Âmbito	Regional
Impacto	Médio

Indicadores		**Sit. inicial**
I1.5.1.3.01	Número de crianças abrangidas pelo Projeto Domicílios e Carros 100% Livres de Fumo	n. a.
I1.5.1.3.02	Variação do número de crianças expostas ao fumo ambiental do tabaco aferidas no início	n. a.

Metas

#	2018	2019
M1.5.1.3.01	-	2300
M1.5.1.3.02	-	Reduzir o número de crianças expostas ao Fumo Ambiental do Tabaco

Calendarização

#	2018	2019
C1.5.1.3.01	●	●
C1.5.1.3.02	●	●

A 1.5.1.4- Desenvolver o projeto "Giros"		
Caraterização		
O Programa Giros pretende realizar ações em contexto de intervenção noturna, capacitando, sobretudo a população mais jovem, para a tomada de decisão promotora de estilos de vida saudáveis, especialmente no âmbito dos comportamentos aditivos e dependências. As ações serão desenvolvidas com recurso a uma equipa técnica multidisciplinar utilizando a unidade móvel como base da sua ação. O programa apresenta como objetivos: promoção da literacia em comportamentos de risco; promoção de competências pessoais e sociais, o desenvolvimento de espírito crítico e de competências de decisão; promoção de estilos de vida saudáveis; minimização de danos e redução de riscos.		
Tipo de Ação	Melhoria	
Destinatários	Jovens	
Responsável	Casa de Povo de Santa Bárbara da Ilha Terceira	
Parceiros	Direção Regional de Prevenção e Combate às Dependências	
Âmbito	Regional	
Impacto	Elevado	
Indicadores		**Sit. Inicial**
I1.5.1.4.01	Número de destinatários	5158
Metas		
#	2018	2019
M1.5.1.4.01	13400	15000
Calendarização		
#	2018	2019
C1.5.1.4.01	●	●

A 1.5.1.5- Criar o Centro de Reabilitação Juvenil

Caraterização

Trata-se de uma Unidade de Tratamento e Reabilitação Juvenil, visando a prevenção de comportamentos de risco e a promoção, reabilitação e integração individual, familiar e social. Esta Unidade Especializada de Tratamento Residencial de longa duração (com a duração de 3 a 12 meses), em regime de internamento, com apoio psicoterapêutico e socioterapêutico, destina-se a promover a reabilitação biopsicossocial do utente, mediante um programa terapêutico articulado em diferentes fases: promoção do autocontrolo, desenvolvimento de competências pessoais e sociais; autonomização da pessoa e Integração Social .

Tipo de Ação	Nova, de aplicação generalizada
Destinatários	Jovens
Responsável	Direção Regional de Prevenção e Combate às Dependências
Parceiros	Unidades de Saúde e Instituições Particulares de Solidariedade Social
Âmbito	Regional
Impacto	Elevado

Indicadores		**Sit. Inicial**
I1.5.1.5.01	Entrada em funcionamento da unidade	n.a

Metas

#	2018	2019
M1.5.1.5.01	Entrada em funcionamento da unidade	-

Calendarização

#	2018	2019
C1.5.1.5.01	●	●

P1.5.2 Alargamento da Saúde Escolar a Escolas Profissionais e Centros de Desenvolvimento e Inclusão Juvenil (CDIJ)

A1.5.2.1- Aplicar o Sistema de Vigilância de Comportamentos de Risco nos Jovens (SVCRJ) nas Escolas Profissionais

Caraterização

O Sistema de Vigilância de Comportamentos de Risco em Jovens resulta da adaptação do *Youth Risk Behavior Surveillance System* e permite conhecer a situação de saúde da população alvo (alunos do 6.º ao 12.º ano), com o objetivo de adequar, de acordo com os resultados, intervenções que se revelem desajustadas, favorecendo igualmente a monitorização dos indicadores da área de intervenção da promoção da saúde em contexto escolar. Assim, é importante aumentar a sua abrangência às Escolas Profissionais onde se encontra população-alvo que necessita de ser monitorizada e acompanhada.

Tipo de Ação	Melhoria
Destinatários	Alunos a frequentar as Escolas Profissionais
Responsável	Direção Regional da Prevenção e Combate às Dependências
Parceiros	Escolas Profissionais, Unidades de Saúde de Ilha
Âmbito	Regional
Impacto	Elevado

Indicadores		**Sit. inicial**
I1.5.2.1.01	Proporção de Escolas Profissionais que aplicaram o SVCRJ durante o ano letivo de 2018/2019	n. a.

Metas		
#	2018	2019
M1.5.2.1.01	-	50%

Calendarização		
#	2018	2019
C1.5.2.1.01	●	●

A1.5.2.2- Alargar a abrangência da Saúde Escolar aos Centros de Desenvolvimento e Inclusão Juvenil (CDIJ)

Caraterização

A Saúde Escolar é o referencial do sistema de saúde para o processo de promoção da saúde na escola, que deve desenvolver competências na comunidade educativa que lhe permita melhorar o seu nível de bem-estar físico, mental e social e contribuir para a melhoria da sua qualidade de vida. Atendendo que os Centros de Desenvolvimento e Inclusão Juvenil (CDIJ) são estruturas de âmbito comunitário, vocacionadas para a promoção do desenvolvimento das competências pessoais, sociais, para a prevenção das dependências e para a promoção da saúde, entre outras, impõe-se que as equipas de saúde escolar acolham estes centros no âmbito da sua abrangência.

Tipo de Ação	Melhoria
Destinatários	Jovens a frequentar os Centros de Desenvolvimento e Inclusão Juvenil
Responsável	Direção Regional da Prevenção e Combate às Dependências
Parceiros	Centros de Desenvolvimento e Inclusão Juvenil, Unidades de Saúde de Ilha
Âmbito	Regional
Impacto	Elevado

Indicadores		**Sit. Inicial**
I1.5.2.2.01	Proporção de CDIJs com intervenção por parte das equipas de Saúde Escolar	n. a.

Metas

#	2018	2019
M1.5.2.2.01	-	50%

Calendarização

#	2018	2019
C1.5.2.2.01	●	●

P1.5.3- Desenvolvimento de projetos promotores de aquisição de competências pessoais através da prática de atividades desportivas, culturais e ambientais

A1.5.3.1- Potenciar iniciativas de voluntariado jovem, nomeadamente na área ambiental e social		
Caraterização		
Pretende-se criar condições propícias à participação dos jovens, nomeadamente os provenientes de comunidades com maiores fragilidades sociais, em atividades de voluntariado, sensibilizar a comunidade para o valor e a importância do voluntariado enquanto expressão de participação cívica, aumentar a visibilidade das atividades de voluntariado dos jovens e garantir o reconhecimento das capacidades e competências dos jovens. A execução do programa é feita através da plataforma eletrónica "Tu fazes a Diferença", que permite aos jovens escolher projetos de voluntariado e às organizações apresentar os seus projetos.		
Tipo de Ação	Melhoria	
Destinatários	Jovens	
Responsável	Direção Regional da Juventude	
Parceiros	Direção Regional do Ambiente, Direção Regional da Solidariedade Social, Instituto da Segurança Social dos Açores, Instituições Particulares de Solidariedade Social e Centros de Desenvolvimento e Inclusão Juvenil	
Âmbito	Regional	
Impacto	Médio	
Indicadores		**Sit. Inicial**
I1.5.3.1.01	Número de jovens participantes	n. a.
Metas		
#	2018	2019
M1.5.3.1.01	50	100
Calendarização		
#	2018	2019
C1.5.3.1.01	●	●

A1.5.3.2- Organização de campos de férias sob a temática "Educação pela Arte"

Caraterização

Realizar campos de férias organizados pelas bibliotecas e museus das Região, subordinados à temática da educação pela arte. O contacto precoce com manifestações artísticas é provado ter efeito benéfico no desenvolvimento sociocultural dos cidadãos, porquanto desenvolve competências de flexibilidade de pensamento, de crítica, análise e cruzamento de informação. Com o desenvolvimento destes campos de férias pretende-se aumentar o número de espectadores de eventos e visitantes de infraestruturas culturais nos Açores, dando particular enfoque às crianças e jovens provenientes de ambientes culturalmente mais desfavorecidos.

Tipo de Ação	Nova, de aplicação generalizada
Destinatários	Crianças e jovens a frequentar o 2.º e 3.º ciclos
Responsável	Direção Regional da Cultura
Parceiros	Rede Regional de Museus e Coleções Visitáveis e ANAFRE- Associação Nacional de Freguesias
Âmbito	Regional
Impacto	Médio

Indicadores		**Sit. inicial**
I1.5.3.2.01	Número de crianças e jovens participantes	n. a.

Metas		
#	2018	2019
I1.5.3.2.01	-	600

Calendarização		
#	2018	2019
C1.5.3.2.01	●	●

A1.5.3.3- Disseminar o Projeto "Equipa-te", como forma de reforço das competências pessoais e sociais dos jovens por via da prática desportiva

Caraterização

O projeto assenta numa intervenção psicossocial e na capacitação dos jovens através do desporto, como resposta social inovadora na área da inclusão social, da prevenção de comportamentos de risco e de insucesso escolar e no incentivo ao voluntariado e empreendedorismo jovem.

Pretende identificar, apoiar e formar jovens em situação de exclusão e risco; capacitar as equipas técnicas dos clubes e estimular parcerias locais e regionais, através de ações concertadas nos eixos de intervenção: individual, familiar, associativo e comunitário.

O projeto abrangerá jovens das ilhas de S. Miguel, Terceira e Faial no ano letivo 2018/2019.

Tipo de Ação	Melhoria
Destinatários	Jovens entre os 13 e os 18 anos, em contexto desportivo
Responsável	Direção Regional da Juventude
Parceiros	Direção Regional da Solidariedade Social, Direção Regional da Educação, Direção Regional da Prevenção e Combate às Dependências, Associação de Promoção de Públicos Jovens em Risco (APPJ), Associações desportivas e federadas, Municípios, Agrupamentos Escolares e Instituições Particulares de Solidariedade Social
Âmbito	Local
Impacto	Grande

Indicadores		**Sit. inicial**
I1.5.3.3.01	Número de jovens abrangidos	100 jovens (ilha de S. Miguel no ano letivo 2017/18)

Metas		
#	2018	2019
M1.5.3.3.01	_	160

Calendarização		
#	2018	2019
C1.5.3.3.01	●	●

P1.6- Aumento da empregabilidade dos jovens e a sua inserção no mercado de trabalho através da melhoria da qualificação, em especial os NEEF (jovens que não estão a estudar, a trabalhar ou em formação)

P1.6.1- Sinalização dos jovens NEEF

A1.6.1.1- Criar uma rede de sinalização de jovens que não estudam, nem trabalham, nem estão em formação, de forma a garantir uma resposta adequada

Caraterização

Estabelecer uma parceria entre vários agentes locais de forma a criar uma rede de sinalização que identifique os jovens NEEF que não estão inscritos na plataforma "Garantia Jovem". Estes jovens serão depois acompanhados e aferido se reúnem condições para aproximação ao mercado de trabalho, sendo, neste caso, encaminhados para inscrição no "Garantia Jovem Açores". Nos casos em que estão presentes algumas problemáticas que condicionam a sua inserção laboral serão encaminhados para as respostas alternativas que se mostrem mais adequadas.

Tipo de Ação	Nova, de aplicação experimental
Destinatários	Jovens NEEF sem inscrição na "Garantia Jovem" Açores
Responsável	Instituto da Segurança Social dos Açores
Parceiros	Direção Regional do Emprego e Qualificação Profissional, Direção Regional da Educação, Direção Regional da Prevenção e Combate às Dependências, Instituições Particulares de Solidariedade Social, Centros de Desenvolvimento e Inclusão Social, associações locais e juntas de freguesia
Âmbito	Regional
Impacto	Elevado

Indicadores		**Sit. inicial**
I1.6.1.1.01	Conceção e entrada em funcionamento da rede	n. a.

Metas

#	2018	2019
M1.6.1.1.01	Entrada em funcionamento da rede	-

Calendarização

#	2018	2019
C1.6.1.1.01	●	●

P1.6.2- Caracterização dos Jovens NEEF

A 1.6.2.1- Melhorar a caracterização do perfil dos jovens NEEF inscritos nas Agências de Emprego através de uma abordagem personalizada de orientação

Caraterização

Assegurar uma abordagem personalizada de orientação aos jovens NEEF inscritos nas Agências de Emprego, através de uma definição conjunta do seu Plano Pessoal de Emprego (PPE), documento onde constarão as etapas relevantes a percorrer até ao objetivo final da sua inserção profissional. Este plano será definido com apoio de uma equipa multidisciplinar (área do emprego, psicologia, sociologia) e será revisto, periodicamente, em resultado do acompanhamento regular à situação do jovem.

Pretende-se, assim, melhorar a caracterização do seu perfil com vista a um encaminhamento para respostas cada vez mais ajustadas e eficazes.

Tipo de Ação	Melhoria
Destinatários	Jovens inscritos nas Agências de Emprego
Responsável	Direção Regional do Emprego e Qualificação Profissional
Parceiros	Centros de Desenvolvimento e Inclusão Juvenil
Âmbito	Regional
Impacto	Elevado

Indicadores		**Sit. inicial**
I1.6.2.1.01	Número de inscritos com Plano Pessoal de Emprego definido	1912

Metas		
#	2018	2019
M1.6.2.1.01	-	4 000

Calendarização		
#	2018	2019
C1.6.2.1.01	●	●

P1.6.3- Adoção de estratégias de intervenção junto dos jovens assentes em percursos alternativos de aquisição de competências

A 1.6.3.1- Aumentar o número de jovens abrangidos por projetos de apoio à inserção socio laboral, direcionados para o reforço das competências transversais de empregabilidade

Caraterização

A presente ação pretende reforçar a orientação vocacional, o apoio psicossocial e a formação e integração socioprofissional dos jovens por via da sua integração em projetos de apoio à inserção socio laboral com vista ao reforço das competências transversais de empregabilidade. Estes projetos constituir-se-ão através de pequenas unidades produtivas, nomeadamente na área agrícola.

Tipo de Ação	Melhoria
Destinatários	Jovens NEEF
Responsável	Direção Regional da Solidariedade Social
Parceiros	Direção Regional do Emprego e Qualificação Profissional, Instituto da Segurança Social dos Açores, Direção Regional do Desenvolvimento Agrário, Instituições Particulares de Solidariedade Social (p. ex. Associação de Promoção de Públicos Jovens em Risco, promotora do projeto "Terra Jovem"; Cáritas Terceira, promotora do Projeto "As Nossas Quintas"; e Associação Crescer em Confiança, promotora do projeto "Verde Lima")
Âmbito	Local
Impacto	Elevado

Indicadores		**Sit. inicial**
I1.6.3.1.01	Número de jovens abrangidos	10 (2017)

Metas

#	2018	2019
M1.6.3.1.01	-	50

Calendarização

#	2018	2019
C1.6.3.1.01	●	●

A 1.6.3.2- Reforçar a formação na componente académica e profissional direcionada para os jovens da comunidade piscatória

Caraterização

Pretende-se combater o analfabetismo funcional e promover uma escolarização de segunda oportunidade, através de formação com componente, quer académica quer profissional, promovendo o acesso à categoria de pesca.

Tipo de Ação	Melhoria
Destinatários	Jovens da comunidade piscatória
Responsável	Direção Regional das Pescas
Parceiros	Direção Regional do Emprego e Qualificação Profissional, Instituto da Segurança Social dos Açores, Direção Regional da Educação, Federação das Pescas dos Açores e Associações da Pesca
Âmbito	Local
Impacto	Elevado

Indicadores		**Sit. inicial**
I1.6.3.2.01	Número de pessoas certificadas por ano	10 (2017)

Metas

#	2018	2019
M1.6.3.2.01	50	50

Calendarização

#	2018	2019
C1.6.3.2.01	●	●

A1.6.3.3- Desenvolver a ação "Curso de Competências Básicas para a Empregabilidade", destinada a melhorar as ferramentas para a empregabilidade

Caraterização

O Curso de Competências Básicas para a Empregabilidade surge como resposta à identificação da dificuldade de integração no mercado de trabalho, por parte de alguns dos desempregados inscritos das Agências de Emprego da Região, devido às reduzidas competências, quer ao nível das técnicas de procura de emprego, quer ao nível do domínio da língua materna, das novas tecnologias, entre outras.

Esta formação, com a duração de 300 horas, é constituída por sessões de informação, sensibilização, capacitação e atividades relacionadas com a empregabilidade, reforçando temas tais como o conhecimento de si, o reconhecimento de competências para o trabalho, a procura ativa de emprego, as relações interpessoais e a assertividade, a importância do curriculum vitae, como responder a anúncios de emprego e como se apresentar numa entrevista. Todos os módulos são acompanhados por sessões de *coaching* de modo a garantir a motivação e envolvência dos formandos, reforçando e valorizando a capacidade de decisão de cada um.

Esta experiência decorre como projeto-piloto, com quatro turmas em S. Miguel e duas turmas da Terceira, sendo posteriormente aferida a pertinência da sua continuidade face aos resultados que venham a ser obtidos ao nível da melhoria da empregabilidade dos participantes.

Tipo de Ação	Nova, de aplicação experimental
Destinatários	Ativos com maiores dificuldades de inserção laboral
Responsável	Direção Regional do Emprego e Qualificação Profissional
Parceiros	-
Âmbito	Regional
Impacto	Elevado

Indicadores		**Sit. inicial**
I1.6.3.3.01	Número de abrangidos por ano	n. a.

Metas

#	2018	2019
M1.6.3.3.01	100	250

Calendarização

#	2018	2019
C1.6.3.3.01	●	●

P1.6.4- Incentivar a inserção laboral dos jovens através de medidas públicas de apoio ao emprego

A1.6.4.1- Facilitar a inserção no mercado de trabalho de jovens com o ensino secundário e superior através de estágios profissionais		
Caraterização		
Promover estágios profissionais a jovens licenciados ou que concluam o 12.º ano, através das medidas "Estagiar L" e "Estagiar T", respetivamente. A integração em estágio profissional facilita o recrutamento e a integração de quadros superiores ou técnicos nas empresas, promovendo a transição do percurso escolar dos jovens para a vida ativa e ainda apoiar a fixação de jovens nas ilhas de menor dimensão demográfica.		
Tipo de Ação	Melhoria	
Destinatários	Jovens recém-diplomados que, após a conclusão da respetiva formação, nunca tenham exercido funções na respetiva área de formação ao abrigo de contrato de trabalho, com idade não superior a 30 anos à data da apresentação da candidatura	
Responsável	Direção Regional do Emprego e Qualificação Profissional	
Parceiros	-	
Âmbito	Regional	
Impacto	Elevado	
Indicadores		**Sit. inicial**
I1.6.4.1.01	Taxa de integração no mercado laboral nos 6 meses seguintes ao *términus* do estágio	56,73% (2017)
Metas		
#	2018	2019
M1.6.4.1.01	-	60%
Calendarização		
#	2018	2019
C1.6.4.1.01	●	●

A1.6.4.2- Complementar e aperfeiçoar as competências socioprofissionais dos formandos, através da frequência de um estágio - medida Reativar+

Caraterização

A medida Reativar+ destina-se a complementar e aperfeiçoar as competências socioprofissionais dos formandos, através da frequência de um estágio em situação real de trabalho. O objetivo é promover o seu recrutamento e integração nas entidades promotoras.

Tipo de Ação	Nova, de aplicação generalizada
Destinatários	Formandos que tenham concluído o Programa Reativar há menos de 180 dias seguidos, que estejam inscritos, ininterruptamente, nas Agências para a Qualificação e Emprego da Região Autónoma dos Açores, desde o termo da formação
Responsável	Direção Regional do Emprego e Qualificação Profissional
Parceiros	-
Âmbito	Regional
Impacto	Elevado

Indicadores		**Sit. inicial**
I1.6.4.2.01	Número de abrangidos	n. a.

Metas		
#	2018	2019
M1.6.4.2.01	-	400

Calendarização		
#	2018	2019
C1.6.4.2.01	●	●

A1.6.4.3-Incentivar a criação de postos de trabalho através de apoios à contratação

Caraterização

Apoiar as entidades empregadoras que promovam a criação de postos de trabalho, através de contratos de trabalho com desempregados inscritos nas Agências de Emprego da Região Autónoma dos Açores, por via de programas específicos de apoio à contratação. São aqui considerados o "Programa INTEGRA", o "Programa de Estabilidade Laboral Permanente – ELP" e o "Programa de Fomento da Integração Laboral e Social – FILS".

Tipo de Ação	Melhoria
Destinatários	Desempregados inscritos nas Agências de Emprego da Região Autónoma dos Açores e entidades empregadoras
Responsável	Direção Regional do Emprego e Qualificação Profissional
Parceiros	-
Âmbito	Regional
Impacto	Elevado

Indicadores		**Sit. inicial**
I1.6.4.3.01	Taxa de empregabilidade, após o *terminus* da medida	59,65 % (2017)

Metas		
#	2018	2019
M1.6.4.3.01	-	65 %

Calendarização		
#	2018	2019
C1.6.4.3.01	●	●

A1.6.4.4- Melhorar as qualificações dos jovens sem o 9.º ano de escolaridade através de Cursos de Aquisição Básica de Competências

Caraterização

Desenvolver cursos nas áreas das competências básicas, com uma carga horária de 300 horas, que permitem alcançar o 9.º ano de escolaridade e, assim, minimizar o impacto das baixas habilitações como condicionante à inserção laboral dos jovens.

Tipo de Ação	Melhoria
Destinatários	Jovens entre os 23 e os 30 anos com escolaridade inferior ao 9.º ano
Responsável	Direção Regional do Emprego e Qualificação Profissional através da Rede Valorizar
Parceiros	-
Âmbito	Regional
Impacto	Elevado

Indicadores		**Sit. inicial**
I1.6.4.4.01	Taxa de jovens certificados	58,98 % (2014)

Metas

#	2018	2019
M1.6.4.4.01	-	65%

Calendarização

#	2018	2019
C1.6.4.4.01	●	●

Prioridade 2- Reforçar a coesão social na Região

A promoção da coesão social concretiza-se, de forma transversal, nas múltiplas ações previstas para as quatro prioridades definidas na Estratégia e presentes no Plano, desde logo, na primeira prioridade, assegurando um desenvolvimento pleno e inclusivo a todas as crianças e jovens da Região.

A coesão social é igualmente reforçada através de uma intervenção territorializada, preconizada na terceira prioridade. Uma maior proximidade e envolvimento das comunidades, permite uma ação mais dirigida, trabalhando em dimensões que acautelam a inclusão social, nomeadamente em domínios estruturais como são o sucesso escolar ou a melhoria das condições de empregabilidade.

Para que a coesão social seja efetiva, é preciso dispor de uma monitorização adequada das variáveis mais sensíveis, identificando a forma como se entrecruzam e acedendo ao conhecimento necessário para suporte às decisões. Esta dimensão será assegurada pelas ações previstas no âmbito da quarta prioridade.

Pese embora a coesão social esteja presente, de forma transversal, em todas as prioridades da Estratégia, importa, pois, concretizar um conjunto de ações que garantam a mobilização de recursos de forma a promover a capacitação e a resiliência daqueles que dispõem de menos meios e competências para o fazer, e que por isso são mais vulneráveis. Nesse sentido, a presente prioridade centra-se em três públicos prioritários, os idosos, as pessoas com deficiência e as pessoas com doença mental.

Desta forma, identificam-se as seguintes áreas de intervenção:

- P2.1- Responder aos desafios do envelhecimento;
- P2.2- Requalificação técnica das respostas sociais destinadas a pessoas com deficiência e promoção da sua integração no mercado de trabalho;
- P2.3- Promoção da Saúde Mental.

P2.1- Responder aos desafios do envelhecimento

P2.1.1- Promoção do Envelhecimento Ativo através do melhor acesso a iniciativas culturais e atividade física por parte dos idosos

A 2.1.1.1 Promover a atividade física dos idosos através da implementação de iniciativa regional em articulação entre o GRA e as Autarquias Locais		
Caraterização		
O sedentarismo apresenta-se como um fator de risco para o desenvolvimento de diversas patologias ou para o seu agravamento. Nos Açores, verifica-se que as patologias crónicas e morbilidades mais prevalentes podem obter ganhos em saúde desde que exista um incremento de atividade física. Assim, pretende-se que as autarquias relevem o seu papel de proximidade no sentido de promover a atividade física junto dos idosos, como ferramenta potenciadora da sua saúde e bem-estar.		
Tipo de Ação	Nova, de aplicação experimental	
Destinatários	Idosos	
Responsável	Governo Regional dos Açores e Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores	
Parceiros	Municípios aderentes e Direção Regional da Saúde, Direção Regional do Desporto e Direção Regional da Solidariedade Social	
Âmbito	Local	
Impacto	Grande	
Indicadores		**Sit. inicial**
I2.1.1.1.01	Implementação da Iniciativa	n. a.
Metas		
#	2018	2019
M2.1.1.1.01	-	Implementação da Iniciativa
Calendarização		
#	2018	2019
C2.1.1.1.01	●	●

A 2.1.1.2-Implementar a iniciativa regional de eventos de partilha intra e inter geracional de histórias de tradição oral

Caraterização

Desenvolver um projeto de partilha de histórias de tradição oral em contexto intergeracional, colocando lado a lado jovens e idosos dos Açores na troca de experiências e narrativas orais tradicionais.

Esta atividade pretende promover o conhecimento dos Açores pelos mais jovens, assim como o enriquecimento dos mais idosos, com a partilha e convívio com os mais novos.

Tipo de Ação	Nova, de aplicação generalizada
Destinatários	Idosos e crianças
Responsável	Direção Regional da Cultura
Parceiros	Instituições Particulares de Solidariedade Social, Casas do Povo e Associações
Âmbito	Regional
Impacto	Médio

Indicadores		**Sit. inicial**
I2.1.1.2.01	Número de participantes	n. a.

Metas

#	2018	2019
M2.1.1.2.01	-	2 500

Calendarização

#	2018	2019
C2.1.1.2.01	●	●

A 2.1.1.3- Melhorar o acesso aos livros por parte da população idosa para promoção da leitura

Caraterização

Desenvolver atividades de promoção do Livro e da Leitura junto da população idosa, com momentos de oralidade, contos tradicionais, leitura encenada, entre outras atividades que promovem um maior contato entre os idosos e os livros.

Esta iniciativa insere-se numa política de envelhecimento ativo e combate ao isolamento como forma de promoção da inclusão social.

Tipo de Ação	Nova, de aplicação generalizada
Destinatários	Idosos
Responsável	Direção Regional da Cultura
Parceiros	Instituições Particulares de Solidariedade Social, Casas do Povo e Associações Locais
Âmbito	Regional
Impacto	Médio

Indicadores		**Sit. inicial**
I2.1.1.3.01	Número de participantes	n. a.

Metas		
#	2018	2019
M2.1.1.3.01	-	6 000

Calendarização		
#	2018	2019
C2.1.1.3.01	●	●

A2.1.1.4- Conceber um programa de voluntariado			
Caraterização			
Incentivar a participação da população sénior em atividades sociais, culturais, recreativas, desportivas e ambientais, numa perspetiva de promoção do envelhecimento ativo e combate ao isolamento e exclusão social, através da prática do voluntariado. Serão criados instrumentos de valorização desta temática e facilitadores da sua concretização. As ações de voluntariado desenvolvidas no âmbito desta ação serão enquadradas por formação específica, quer para os voluntários, quer para as organizações que os acolhem.			
Tipo de Ação	Nova, de aplicação generalizada		
Destinatários	Idosos		
Responsável	Direção Regional da Solidariedade Social		
Parceiros	Direção Regional da Saúde e Direção Regional da Prevenção e Combate às Dependências, Instituições Particulares de Solidariedade Social, Municípios e Juntas de Freguesia		
Âmbito	Regional		
Impacto	Médio		
Indicadores			**Sit. inicial**
I2.1.1.4.01	Implementação da Iniciativa		n. a.
Metas			
#	2018	2019	
M2.1.1.4.01	-	Implementação da Iniciativa	
Calendarização			
#	2018	2019	
C2.1.1.4.01	●	●	

P2.1.2- Apoio aos cuidadores informais

A2.1.2.1- Criar o Estatuto do Cuidador		
Caraterização		
Conceber o enquadramento legal destinado aos cuidadores informais numa perspetiva de valorização do ato de cuidar. Pretende-se, deste modo, criar melhores condições para que este apoio se mantenha, favorecendo a manutenção dos idosos e ou pessoas dependentes no seu contexto natural de vida. Serão abrangidas áreas como a capacitação para a prestação de cuidados, apoio na promoção e manutenção do seu bem-estar, assim como medidas efetivas ao nível da compatibilização da vida profissional e da vida familiar e pessoal no âmbito do apoio à dependência.		
Tipo de Ação	Nova, de aplicação generalizada	
Destinatários	Cuidadores informais	
Responsável	Direção Regional da Solidariedade Social	
Parceiros	Instituto da Segurança Social dos Açores, Direção Regional da Saúde	
Âmbito	Regional	
Impacto	Elevado	
Indicadores		**Sit. inicial**
I2.1.2.1.01	Apresentação do Estatuto do Cuidador Informal	n. a.
Metas		
#	2018	2019
M2.1.2.1.01	Apresentação do Estatuto do Cuidador Informal	-
Calendarização		
#	2018	2019
C2.1.2.1.01		-

A2.1.2.2- Implementar o Gabinete de Apoio ao Cuidador

Caraterização

Criar uma estrutura técnica de suporte ao cuidador e enquadrada pelo Estatuto do Cuidador, composta por profissionais de diferentes áreas de formação e origens institucionais, à qual incumbe implementar, acompanhar e avaliar o apoio aos cuidadores informais de pessoas idosas e ou dependentes. Será assegurada por esta via a formação, apoio psicológico e dinamização de uma bolsa de profissionais para apoio em várias áreas relevantes.

Tipo de Ação	Nova, de aplicação generalizada
Destinatários	Cuidadores informais
Responsável	Direção Regional da Solidariedade Social
Parceiros	Direção Regional da Saúde, Instituto da Segurança Social dos Açores, Instituições Particulares de Solidariedade Social, Casas do Povo e Associações
Âmbito	Regional
Impacto	Grande

Indicadores		**Sit. inicial**
I2.1.2.2.01	Implementação da Iniciativa	n. a.

Metas		
#	2018	2019
M2.1.2.2.01	-	Implementação da Iniciativa

Calendarização		
#	2018	2019
C2.1.2.2.01	●	●

P2.1.3- Melhor acesso a cuidados de saúde

A2.1.3.1- Melhorar a acessibilidade aos cuidados domiciliários nas Unidades de Saúde de Ilha

Caraterização

Os cuidados de saúde domiciliários proporcionam um espaço privilegiado para a promoção e educação para a saúde, tendo em conta a proximidade que podem oferecer, possibilitando e facilitando o contacto e interação entre os intervenientes. Os cuidados prestados pelas Unidades de Saúde de Ilha aos indivíduos e às famílias, nos seus locais de residência, têm por finalidade promover, manter ou recuperar a saúde e minimizar os efeitos da dependência.

Tipo de Ação	Melhoria
Destinatários	População em geral
Responsável	Direção Regional da Saúde e Unidades de Saúde de Ilha (USI)
Parceiros	Entidades Hospitalares
Âmbito	Regional
Impacto	Grande

Indicadores		**Sit. inicial**
I2.1.3.1.01	Número de USI com cuidados domiciliários no mínimo até às 18 horas	22% (2017)
I2.1.3.1.02	Número de USI com cuidados domiciliários ao fim de semana	44,4% (2017)

Metas		
#	2018	2019
M2.1.3.1.01	_	70 %
M2.1.3.1.02	_	55 %

Calendarização		
#	2018	2019
C2.1.3.1.01	●	●
C2.1.3.1.02	●	●

A2.1.3.2- Incrementar a Literacia em Saúde na população idosa

Caraterização

A idade avançada aumenta o número de morbilidades, reduzindo as capacidades de resposta do indivíduo. Por outro lado, melhores níveis de literacia induzem uma melhor preparação para lidar com as circunstâncias inerentes às vicissitudes do desenvolvimento humano nesta faixa etária. As evidências científicas apontam para que níveis mais baixos de literacia em saúde se relacionem com uma pior função física e saúde mental; uma maior probabilidade de reportarem dificuldades em atividades instrumentais do quotidiano e atividades quotidianas; uma maior limitação nas realizações pessoais devido a uma saúde física e mental debilitadas. A melhoria da literacia na população idosa permite contribuir para um incremento no autocuidado e, por inerência, na qualidade de vida das pessoas, reduzindo a limitação nas acessibilidades e os custos inerentes à doença.

Assim, serão desenvolvidas sessões de literacia em saúde nos vários concelhos da Região.

Tipo de Ação	Nova, de aplicação generalizada
Destinatários	Idosos
Responsável	Direção Regional da Saúde e Unidades de Saúde de Ilha (USI)
Parceiros	Autarquias, Direção Regional da Solidariedade Social, Instituições Particulares de Solidariedade Social
Âmbito	Regional
Impacto	Elevado

Indicadores		**Sit. inicial**
I2.1.3.2.01	Número de sessões de literacia em saúde por ano	n.a.

Metas		
#	2018	2019
M2.1.3.2.01	19	19

Calendarização		
#	2018	2019
C2.1.3.2.01	●	●

P2.1.4- Aumentar a mobilidade dos idosos

A2.1.4.1- Melhorar a acessibilidade dos idosos e pessoas com mobilidade reduzida na sua residência

Caraterização

Realizar intervenções nas habitações de idosos e pessoas com mobilidade reduzida de forma a suprimir as barreiras arquitetónicas existentes, na sequência de uma ação de levantamento prévio.

Tipo de Ação	Nova, de aplicação generalizada
Destinatários	Idosos e pessoas com mobilidade reduzida
Responsável	Direção Regional da Habitação
Parceiros	Juntas de Freguesia e Instituições Particulares de Solidariedade Social
Âmbito	Regional
Impacto	Grande

Indicadores		**Sit. Inicial**
I2.1.4.1.01	Conclusão do processo de levantamento	n. a.
I2.1.4.1.02	Número de habitações alvo de intervenção	n. a.

Metas

#	2018	2019
M2.1.4.1.01	Conclusão do processo de levantamento	-
M2.1.4.1.02	_	180

Calendarização

#	2018	2019
C2.1.4.1.01	●	-
C2.1.4.1.02	●	●

A2.1.4.2- Criar o Banco Regional de Produtos de Apoio

Caraterização

Facilitar o acesso a produtos de apoio por parte das pessoas com deficiência e incapacidade, através de uma gestão integrada dos produtos de apoio disponíveis para empréstimo na Região, promovendo a otimização dos recursos.

Será criada uma plataforma digital única de cariz regional, mediante a adesão dos diferentes centros de recursos e entidades regionais com produtos de apoio disponíveis para empréstimo.

Através desta plataforma será possível efetuar a consulta dos produtos disponíveis e sua localização, os pedidos de empréstimo em curso e a gestão integrada dos pedidos.

Tipo de Ação	Nova, de aplicação generalizada
Destinatários	Pessoas com deficiência e incapacidade
Responsável	Instituto da Segurança Social dos Açores
Parceiros	Unidades de Saúde de Ilha, Hospitais, Juntas Freguesia, Associações e Instituições Particulares de Solidariedade Social
Âmbito	Regional
Impacto	Grande

Indicadores		**Sit. inicial**
I2.1.4.2.01	Entrada em funcionamento do Banco	n. a.

Metas

#	2018	2019
M2.1.4.2.01	-	Entrada em funcionamento do Banco

Calendarização

#	2018	2019
C2.1.4.2.01	●	●

P2.1.5- Reforço das respostas de acolhimento direcionadas a idosos

A2.1.5.1- Reforçar as vagas disponíveis direcionadas para acolhimento de idosos

Caraterização

Aumentar o número de vagas disponível destinadas a acolhimento de idosos, quer por via da dinamização da resposta "Acolhimento Familiar de Pessoas Idosas e Pessoas Adultas com Deficiência", quer por via de aumento da capacidade instalada das Estruturas Residenciais para Idosos (ERPI). Paralelamente continuar-se-á com o processo de requalificação de vagas existentes.

Tipo de Ação	Melhoria
Destinatários	Pessoas Idosas, com necessidades de acolhimento
Responsável	Instituto da Segurança Social dos Açores
Parceiros	Direção Regional da Solidariedade Social, Direção Regional da Saúde e Direção Regional do Emprego e Qualificação Profissional
Âmbito	Regional
Impacto	Grande

Indicadores		**Sit. inicial**
I2.1.5.1.01	Número de vagas novas em ERPI e famílias de Acolhimento;	n. a.
I2.1.5.1.02	Número de vagas reabilitadas em ERPI	n. a.

Metas

#	2018	2019
M2.1.5.1.01	_	100
M2.1.5.1.02	_	200

Calendarização

#	2018	2019
C2.1.5.1.01	●	●
C2.1.5.1.01	●	●

P2.2- Requalificação técnica das respostas sociais destinadas a pessoas com deficiência e promoção da sua integração no mercado de trabalho

P2.2.1- Conceção e implementação do Programa AQI - Avaliar, Qualificar, Inserir

A2.2.1.1- Avaliar os Centros de Atividades Ocupacionais

Caraterização

Avaliar a resposta social Centro de Atividades Ocupacionais a partir da caracterização da resposta ao nível dos utentes que a frequentam, da sua gestão, do quadro de pessoal, do tipo de serviços prestados, das necessidades formativas, das atividades desenvolvidas e do apoio ao acompanhamento da inserção profissional dos utentes. A informação daí resultante permitirá traçar o perfil da realidade existente na Região, identificar áreas de crescimento e alterações a introduzir, no sentido de um maior ajustamento às necessidades da população e às novas tendências de atuação nesta área.

Tipo de Ação	Nova, de aplicação generalizada
Destinatários	Centros de Atividades Ocupacionais
Responsável	Direção Regional da Solidariedade Social
Parceiros	Instituto da Segurança Social dos Açores e Instituições Particulares de Solidariedade Social
Âmbito	Regional
Impacto	Médio

Indicadores		**Sit. Inicial**
I2.2.1.1.01	Conclusão do processo	n. a.

Metas		
#	2018	2019
M2.2.1.1.01	Conclusão do processo	-

Calendarização		
#	2018	2019
C2.2.1.1.01		-

A2.2.1.2- Avaliar o grau de satisfação dos clientes dos Centros de Atividades Ocupacionais		
Caraterização		
Avaliar o grau de satisfação dos clientes dos Centros de Atividades Ocupacionais (CAO) mediante a aplicação de um questionário de avaliação da satisfação aos próprios e ou aos seus familiares.		
Tipo de Ação	Nova, de aplicação generalizada	
Destinatários	Clientes/familiares dos Centros de Atividades Ocupacionais	
Responsável	Direção Regional da Solidariedade Social	
Parceiros	Instituto da Segurança Social dos Açores e Instituições Particulares de Solidariedade Social	
Âmbito	Regional	
Impacto	Médio	
Indicadores		**Sit. inicial**
I2.2.1.2.01	Conclusão do processo de avaliação do grau de satisfação dos utentes	n. a.
Metas		
#	2018	2019
M2.2.1.2.01	-	Apresentação dos resultados da avaliação
Calendarização		
#	2018	2019
C2.2.1.2.01	●	●

A2.2.1.3- Melhorar a qualidade da resposta dos Centros de Atividade Ocupacional (CAO) e Lares Residenciais através do reforço da formação dos respetivos colaboradores

Caraterização

A partir do diagnóstico de necessidades formativas obtido no questionário de caracterização dos CAO, previsto na ação A2.2.1.1, será promovida formação ao pessoal técnico e auxiliar das respostas sociais dirigidas às pessoas com deficiência, em particular dos CAO e Lares Residenciais.

Tipo de Ação	Nova, de aplicação generalizada
Destinatários	Pessoal técnico e auxiliar dos CAO e Lares Residenciais
Responsável	Direção Regional da Solidariedade Social
Parceiros	Instituto da Segurança Social dos Açores e Instituições Particulares de Solidariedade Social
Âmbito	Regional
Impacto	Elevado

Indicadores		**Sit. inicial**
I2.2.1.3.01	Número de colaboradores das instituições de CAO e Lar Residencial integrados em formação	n. a.

Metas		
#	2018	2019
M2.2.1.3.01	-	90

Calendarização		
#	2018	2019
C2.2.1.3.01		

A2.2.1.4- Rever o enquadramento legal com vista à promoção das atividades socialmente úteis e empregabilidade de pessoas com deficiência e problemas de saúde mental

Caraterização

Rever o Decreto Regulamentar Regional n.º 3/2013/A, de 21 de maio, que regula o Mercado Social de Emprego, de modo a adequá-lo à pluralidade de situações de reconhecida vulnerabilidade, designadamente das pessoas com deficiência e pessoas com problemas de saúde mental, no sentido de favorecer a sua integração, quer em atividades socialmente úteis, quer no mercado de trabalho.

Tipo de Ação	Nova, de aplicação generalizada
Destinatários	Pessoas com deficiência e problemas de saúde mental
Responsável	Direção Regional da Solidariedade Social
Parceiros	Direção Regional do Emprego e Qualificação Profissional, Direção Regional da Prevenção e Combate às Dependências, Instituto da Segurança Social dos Açores e Instituições Particulares de Solidariedade Social
Âmbito	Regional
Impacto	Elevado

Indicadores		**Sit. inicial**
I2.2.1.4.01	Revisão do enquadramento legal	n. a.

Metas		
#	2018	2019
M2.2.1.4.01	-	Publicação do novo enquadramento legal

Calendarização		
#	2018	2019
C2.2.1.4.01	●	●

A2.2.1.5- Implementar um projeto-piloto de apoio à inserção socioprofissional de pessoas com deficiência

Caraterização

Desenvolver um projeto-piloto de promoção da empregabilidade e de atividades socialmente úteis, por parte de pessoas com deficiência, com o intuito de fomentar o desenvolvimento das capacidades profissionais, pessoais e sociais dos participantes, além de lhes proporcionar uma experiência de aproximação a um contexto laboral.

Tipo de Ação	Nova, de aplicação experimental
Destinatários	Pessoas com deficiência
Responsável	Direção Regional da Solidariedade Social
Parceiros	Instituto da Segurança Social dos Açores e Instituições Particulares de Solidariedade Social
Âmbito	Local
Impacto	Elevado

Indicadores		**Sit. inicial**
I2.2.1.5.01	Lançamento do projeto	n. a.

Metas		
#	2018	2019
M2.2.1.5.01	-	Lançamento do projeto

Calendarização		
#	2018	2019
C2.2.1.5.01		

A2.2.1.6- Apoiar a mobilidade da pessoa com deficiência através da implementação do projeto-piloto "Açores para todos"

Caraterização

Desenvolver um programa destinado a facilitar o acesso ao lazer e turismo por parte das pessoas com deficiência através da criação de pacotes turísticos acessíveis nas várias ilhas, a custos reduzidos. Desta forma, promove-se também o conhecimento da Região, a confraternização e convívio e o reforço dos laços socioculturais dos participantes.

Tipo de Ação	Nova, de aplicação experimental
Destinatários	Pessoas com deficiência
Responsável	Direção Regional do Turismo
Parceiros	Direção Regional da Solidariedade Social, CRESAÇOR e Instituições Particulares de Solidariedade Social
Âmbito	Regional
Impacto	Médio

Indicadores		**Sit. inicial**
I2.2.1.6.01	Lançamento do projeto	n. a.

Metas		
#	2018	2019
M2.2.1.6.01	_	Lançamento do projeto

Calendarização		
#	2018	2019
C2.2.1.6.01	_	

A2.2.1.7- Melhorar a capacidade técnica dos Centros de Atividades Ocupacionais (CAO) através da revisão do financiamento público a esta resposta

Caraterização

Melhorar a qualidade do serviço prestado através da revisão do financiamento público, com a definição do Valor Padrão, nos termos do Código Ação Social dos Açores.

Tipo de Ação	Nova, de aplicação generalizada
Destinatários	Instituições Particulares de Solidariedade Social com valência de CAO
Responsável	Instituto da Segurança Social dos Açores
Parceiros	Instituições Particulares de Solidariedade Social
Âmbito	Regional
Impacto	Médio

Indicadores		**Sit. Inicial**
I2.2.1.7.01	Publicação do Despacho Normativo respetivo	n. a.

Metas

#	2018	2019
M2.2.1.7.01	Publicação do Despacho Normativo	-

Calendarização

#	2018	2019
C2.2.1.7.01		-

P2.2.2- Aumento e requalificação da capacidade de resposta em Centro de Atividades Ocupacionais

A2.2.2.1- Aumentar e reabilitar a capacidade de resposta em Centro de Atividades Ocupacionais	
Caraterização	
Melhorar a capacidade de resposta da rede de Centros de Atividades Ocupacionais da Região, através do reforço e ou reabilitação deste tipo de resposta.	
Tipo de Ação	Melhoria
Destinatários	Pessoas com deficiência
Responsável	Direção Regional da Solidariedade Social
Parceiros	Instituto da Segurança Social dos Açores e Instituições Particulares de Solidariedade Social
Âmbito	Regional
Impacto	Grande

Indicadores		**Sit. Inicial**
I2.2.2.1.01	Número de vagas reabilitadas	n. a.
I2.2.2.1.02	Número de vagas novas	n. a.

Metas		
#	2018	2019
M2.2.2.1.01	-	145
M2.2.2.1.02	-	60

Calendarização		
#	2018	2019
C2.2.2.1.01	●	●
C2.2.2.1.02	●	●

P2.3- Promoção da Saúde Mental

P2.3.1- Implementação da Rede Regional de Cuidados Continuados Integrados de Saúde Mental

A2.3.1.1- Implementar a Rede Regional de Cuidados Continuados Integrados de Saúde Mental	
Caraterização	
As doenças mentais contribuem de forma muito significativa para os desajustes sociais dos indivíduos e famílias, para a incapacidade de trabalho e despoletam comportamentos estigmatizantes por parte da sociedade em geral. A depressão, os problemas ligados ao álcool, as perturbações esquizofrénicas, as doenças bipolares e as demências são algumas das alterações que maior prevalência apresenta e contribuem para este desfecho. A Rede Regional de Cuidados Continuados Integrados de Saúde Mental inclui unidades de internamento de curta, média e longa duração, unidades residenciais, unidades sócio-ocupacionais e equipas de saúde mental de apoio domiciliário.	
Tipo de Ação	Nova, de aplicação generalizada
Destinatários	Pessoas com patologia do foro mental
Responsável	Direção Regional da Saúde
Parceiros	Unidades de Saúde e Instituições Particulares de Solidariedade Social
Âmbito	Regional
Impacto	Grande

Indicadores		**Sit. Inicial**
I2.3.1.1.01	Implementação da Rede Regional de Cuidados Continuados Integrados de Saúde Mental	n. a.

Metas		
#	2018	2019
M2.3.1.1.01	-	Início da implementação da Rede Regional de Cuidados Continuados Integrados de Saúde Mental

Calendarização		
#	2018	2019
C2.3.1.1.01	-	

P2.3.2- Melhorar a transição entre a vida ativa e a reforma

A2.3.2.1 – Curso de formação de preparação para a reforma

Caraterização

Ao longo do ciclo vital, o ser humano vivencia transições que lhe exigem processos de adaptação, dado o impacte que apresentam no seu quotidiano. A entrada na reforma, coincidente com a mudança de rotinas e o vazio da ocupação profissional são vetores de risco para a existência de repercussões negativas ao nível da saúde mental, neste processo de transição. Assim, objetiva-se preparar os cidadãos de maneira preventiva, para a rutura com a rotina laboral e suas implicações, de forma que se orientem para a construção de um projeto de vida pós-carreira.

Tipo de Ação	Nova, de aplicação experimental
Destinatários	Ativos em fim de carreira profissional
Responsável	Direção Regional da prevenção e Combate às Dependências
Parceiros	Direção Regional da Solidariedade Social, Municípios e Empresas
Âmbito	Local
Impacto	Médio

Indicadores		**Sit. Inicial**
I2.3.2.1.01	Número de cursos de formação a gestores	n. a.
I2.3.2.1.02	Número de cursos de formação a colaboradores	n. a.

Metas		
#	2018	2019
M2.3.2.1.01	3 cursos	-
M2.3.2.1.02	-	3 cursos

Calendarização		
#	2018	2019
C2.3.2.1.01	●	-
C2.3.2.1.02	-	●

Prioridade 3- Implementar uma intervenção territorializada

A adoção de uma intervenção territorializada é um aspeto central e estruturante na operacionalização da Estratégia e por conseguinte, na concretização das ações previstas no presente plano. Tal como definido no diagnóstico que antecedeu a sua conceção, o fenómeno da pobreza não se distribui, na Região, de forma homogénea, centrando-se em algumas comunidades, onde confluem um conjunto de problemáticas. As ações previstas no âmbito desta prioridade, sobretudo através da dinamização dos Polos Locais de Desenvolvimento e Coesão Social permitem olhar para os territórios a partir do seu interior, identificando as fragilidades e as potencialidades e capacitando as comunidades para a construção de soluções participadas, que permitam responder aos desafios identificados na Estratégia como prioritários, ao nível do desenvolvimento integral e inclusivo das crianças e jovens, não descurando os públicos de maior vulnerabilidade à pobreza como os idosos, as pessoas com deficiência ou com doença mental. Considera-se, assim, que este será o caminho que permitirá travar e prevenir os processos de empobrecimento, potenciando as ações previstas nas duas prioridades anteriores.

De realçar também que uma intervenção territorializada garante a concretização efetiva dos princípios subjacentes à Estratégia, sobretudo no que concerne à participação da sociedade civil e, desde logo, das pessoas que vivenciam a pobreza e ainda ao nível integração das medidas e ações a desenvolver, chamando os vários domínios e agentes da governação e da sociedade civil, para, de forma articulada, se assumir uma abordagem centrada na pessoa e na família, em alternativa a uma ação segmentada pelos vários problemas que se colocam. Também o princípio da inovação social está presente, criando-se condições para que se adotem novas abordagens, ainda que de cariz experimental. O conhecimento que será gerado a partir daí, tal como o conhecimento prévio que está na génese deste tipo de iniciativas, é um elemento chave para o sucesso deste tipo de abordagem e que será assegurado através das ações previstas no âmbito da prioridade 4.

Assim, e conforme definido na Estratégia, as ações previstas no âmbito desta prioridade organizam-se a partir das seguintes áreas de intervenção:

- P3.1- Dinamização dos polos locais de desenvolvimento e coesão social nos territórios prioritários;
- P3.2- Identificação e dinamização local de iniciativas geradoras de emprego;
- P3.3- Operacionalização da rede de polos locais de desenvolvimento e coesão social.

P3.1- Dinamização dos Polos Locais de Desenvolvimento e Coesão Social nos territórios prioritários

P.3.1.1- Conceção do enquadramento legal e suporte aos PLDCS

A3.1.1.1- Conceber o enquadramento legal e suporte aos Polos Locais de Desenvolvimento e Coesão Social (PLDCS)		
Caraterização		
Produção do diploma legal que definirá a forma de funcionamento e gestão dos Polos Locais de Desenvolvimento e Coesão Social.		
Tipo de Ação	Nova, de aplicação generalizada	
Destinatários	População dos territórios envolvidos	
Responsável	Instituto da Segurança Social dos Açores	
Parceiros	Departamentos do Governo Regional, Autarquias, Associações e Sociedade Civil	
Âmbito	Regional	
Impacto	Elevado	
Indicadores		**Sit. Inicial**
I3.1.1.1.01	Publicação do enquadramento legal	n.a.
Metas		
#	2018	2019
M3.1.1.1.01	-	Publicação do enquadramento legal
Calendarização		
#	2018	2019
C3.1.1.1.01	●	●

P.3.1.2- Dinamização de fóruns locais promotores do envolvimento da população em questões cívicas

A3.1.2.1- Dinamizar fóruns locais		
Caraterização		
Implementar projetos-piloto facilitadores da participação e envolvimento das populações, através da dinamização de fóruns locais que sirvam de espaço para debate de questões cívicas e divulgação de informações de caráter transversal (educação, saúde, segurança, energia) e igualmente impulsionadores do desenvolvimento local.		
Tipo de Ação	Nova, de aplicação experimental	
Destinatários	População em geral	
Responsável	Equipa de Coordenação da Rede de Polos Locais de Desenvolvimento e Coesão Social	
Parceiros	Equipas Locais dos Polos Locais de Desenvolvimento e Coesão Social Autarquias e organizações locais	
Âmbito	Local	
Impacto	Grande	
Indicadores		**Sit. Inicial**
I3.1.2.1.01	Número de territórios abrangidos	n. a.
Metas		
#	2018	2019
M3.1.2.1.01	-	4
Calendarização		
#	2018	2019
C3.1.2.1.01	●	●

P3.2- Identificação e dinamização local de iniciativas geradoras de emprego

P.3.2.1-Promover o acesso de públicos mais fragilizados e afastados do mercado laboral a novas oportunidades de emprego

A3.2.1.1- Reforçar o acompanhamento aos beneficiários de rendimento social de inserção em contexto laboral, por parte dos serviços da Segurança Social

Caraterização

Assegurar o acompanhamento técnico a beneficiários de Rendimento Social de Inserção e ou Ação Social do ISSA, que sejam integrados em mercado de trabalho ou em programas de emprego, durante o período de tempo que se justifique em cada situação. Será assegurado um contacto regular com a pessoa integrada no mercado de trabalho, com o objetivo de, com esta, analisar eventuais constrangimentos no local de trabalho, acompanhando-o e aconselhando-o numa perspetiva colaborativa, prestando-lhe suporte perante eventuais dificuldades vivenciadas. Pretende-se com esta metodologia prestar apoio psicossocial intenso e focalizado nas competências pessoais e profissionais.

Tipo de Ação	Nova, de aplicação experimental
Destinatários	Beneficiários de Rendimento Social de Inserção e dos apoios da Ação Social do Instituto da Segurança Social dos Açores
Responsável	Instituto da Segurança Social dos Açores
Parceiros	Direção Regional do Emprego e Qualificação Profissional e Entidades Empregadoras
Âmbito	Local
Impacto	Elevado

Indicadores		**Sit. Inicial**
I3.2.1.1.01	Proporção de indivíduos abrangidos pela iniciativa que cumpriram com a duração do contrato de trabalho /ocupacional	n. a.

Metas		
#	2018	2019
M3.2.1.1.01	-	50%

Calendarização		
#	2018	2019
C3.2.1.1.01	●	●

A3.2.1.2- Implementar o Plano Integrado de Promoção da Empregabilidade da Costa Norte de S. Miguel

Caraterização

Identificar os perfis profissionais subjacentes às potenciais ofertas de emprego que resultarão da abertura prevista, até 2020, de novas unidades hoteleiras na Costa Norte de S. Miguel. Serão, de seguida, sinalizados os potenciais candidatos a emprego, desenvolvendo paralelamente um plano de formação ajustado às necessidades identificadas destes, de forma a melhorar as suas condições de empregabilidade, facilitando o acesso a futuras ofertas de emprego, com especial enfoque na área da hotelaria e restauração.

Tipo de Ação	Nova, de aplicação experimental
Destinatários	Beneficiários do Rendimento Social de Inserção, ativos desempregados, com maior incidência nos residentes na costa norte da Ilha de S. Miguel
Responsável	Instituto da Segurança Social dos Açores
Parceiros	Direção Regional do Emprego e Qualificação Profissional, Direção Regional do Turismo, Direção Regional da Educação, Direção Regional da Solidariedade Social, Escolas Profissionais, Empresários do setor da hotelaria e restauração
Âmbito	Local
Impacto	Elevado

Indicadores		**Sit. Inicial**
I3.2.1.2.01	Taxa de integração em formação, do universo de candidatos identificados	n. a.

Metas

#	2018	2019
M3.2.1.2.01	-	Integrar em formação pelo menos 50% dos candidatos identificados

Calendarização

#	2018	2019
C3.2.1.2.01	●	●

P.3.2.2- Capacitar as Comunidades Piscatórias

A3.2.2.1- Lançar o projeto-piloto "Mobilidade de Famílias"		
Caraterização		
Pretende-se aumentar o rendimento na pesca, através da mobilização de famílias de pescadores de comunidades em risco de exclusão, com evidências de embarcações em excesso e onde os recursos estão limitados, para comunidades onde se verifica falta de pescadores e onde os recursos podem ser explorados de uma forma sustentável.		
Tipo de Ação	Nova, de aplicação experimental	
Destinatários	Comunidade Piscatória	
Responsável	Direção Regional das Pescas	
Parceiros	Direção Regional da Solidariedade Social, Instituto da Segurança Social dos Açores, Direção Regional da Prevenção e Combate às Dependências, Instituições Particulares de Solidariedade Social e Associações de Pescadores	
Âmbito	Local	
Impacto	Grande	
Indicadores		**Sit. Inicial**
I3.2.2.1.01	Implementação da Iniciativa	n. a.
Metas		
#	2018	2019
M3.2.2.1.01	Implementação da Iniciativa	-
Calendarização		
#	2018	2019
C3.2.2.1.01	●	●

A3.2.2.2- Lançar o projeto-piloto "Mobilidade de Segmentos de Frota"		
Caraterização		
Preparar a próxima geração de pescadores para a arte de salto-e-vara dos Açores onde é evidente a falta de profissionais, bem como recrutar mão-de-obra em comunidades onde existe excesso de pescadores noutros segmentos da frota.		
Tipo de Ação	Nova, de aplicação experimental	
Destinatários	Segmento de Frota do Atum	
Responsável	Direção Regional das Pescas	
Parceiros	APASA – Associação de Produtores de Atum e Similares dos Açores, Federação das Pescas dos Açores e Programa de Observação das Pescas dos Açores	
Âmbito	Local	
Impacto	Grande	
Indicadores		**Sit. Inicial**
I3.2.2.2.01	Implementação da Iniciativa	n. a.
Metas		
#	2018	2019
M3.2.2.2.01	Implementação da Iniciativa	-
Calendarização		
#	2018	2019
C3.2.2.2.01	●	●

A3.2.2.3- Divulgar e sensibilizar a comunidade piscatória para a nova convenção coletiva de trabalho do setor

Caraterização

Realizar um conjunto de ações informativas junto das comunidades piscatórias de forma a divulgar as novas condições de trabalho previstas na Convenção Coletiva de Trabalho para o setor das pescas, assinada a 18.04.2018 com vista à sua implementação, como forma de melhoria das condições de trabalho e rendimento dos trabalhadores da pesca.

Tipo de Ação	Nova, de aplicação generalizada
Destinatários	Comunidade Piscatória
Responsável	Organizações profissionais e sindicais do setor das pescas
Parceiros	Direção Regional das Pescas
Âmbito	Regional
Impacto	Elevado

Indicadores		**Sit. Inicial**
I3.2.2.3.01	Número de ações de sensibilização realizadas	n. a.

Metas		
#	2018	2019
M3.2.2.3.01	-	15

Calendarização		
#	2018	2019
C3.2.2.3.01	●	●

A3.2.2.4- Implementar iniciativas de desenvolvimento local de base comunitária, geradoras de postos de trabalho alternativos à área da pesca

Caraterização

Disponibilizar recursos financeiros através do Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP) com vista ao empreendedorismo, para apoio a projetos a desenvolver nas comunidades costeiras, fomentando a criação de postos de trabalho de qualidade e a inovação nos produtos da pesca, na rentabilização de espécies com baixo valor comercial ou no desenvolvimento de atividades alternativas, de que é exemplo a pesca turismo ou a apanha e exportação de algas.

Tipo de Ação	Nova, de aplicação generalizada
Destinatários	Comunidades costeiras e piscatórias
Responsável	Direção Regional das Pescas
Parceiros	Gabinetes de Ação Local (GALPesca)
Âmbito	Regional
Impacto	Grande

Indicadores		**Sit. Inicial**
I3.2.2.4.01	Número de postos de trabalho criados	n. a.

Metas		
#	2018	2019
M3.2.2.4.01	-	15

Calendarização		
#	2018	2019
C3.2.2.4.01	●	●

P3.2.3- Capacitar as Comunidades Rurais

A3.2.3.1- Promover ações de formação para a integração de jovens na agricultura		
Caraterização		
A formação para jovens empresários agrícolas concorre para a inclusão social, permitindo a criação do seu posto de trabalho ou negócio no setor agrícola. Através da formação e do desenvolvimento de competências na área agrícola, é possível promover a empregabilidade e inserção socioprofissional dos jovens, favorecer a produção e transformação agrícola dos produtos locais.		
Tipo de Ação	Melhoria	
Destinatários	Jovens com mais de 18 e menos de 40 anos	
Responsável	Direção Regional da Agricultura	
Parceiros	Associações Agrícolas e Associações de Jovens Agricultores	
Âmbito	Regional	
Impacto	Grande	
Indicadores		**Sit. Inicial**
I3.2.3.1.01	Número de jovens agricultores com habilitação concluída	44 (2017)
Metas		
#	2018	2019
M3.2.3.1.01	-	79
Calendarização		
#	2018	2019
C3.2.3.1.01	●	●

A3.2.3.2- Promover e divulgar a atividade agrícola			
Caraterização			
As populações urbanas, em especial, os jovens, sentem-se desligadas da agricultura enquanto origem dos alimentos que consomem. Desconhecem também o papel mais vasto desempenhado pelos agricultores na nossa sociedade e economia, não apenas como fornecedores de alimentos, mas também como defensores do ambiente e dos recursos naturais e protetores da vitalidade das áreas rurais. É fundamental sensibilizar os jovens para a importância da agricultura pelo potencial de empregabilidade que representa.			
Tipo de Ação	Melhoria		
Destinatários	Crianças até ao 9.º ano		
Responsável	Secretaria Regional da Agricultura e Florestas		
Parceiros	Associações agrícolas, Municípios aderentes e Direção Regional da Educação		
Âmbito	Regional		
Impacto	Médio		
Indicadores			**Sit. Inicial**
I3.2.3.2.01	Crianças abrangidas		750
Metas			
#	2018	2019	
M3.2.3.2.01	-	1550	
Calendarização			
#	2018	2019	
C3.2.3.2.01	●	●	

A3.2.3.3- Promover hortas comunitárias

Caraterização

Dinamizar as hortas comunitárias como contributo para o rendimento familiar, através da redução de despesa com géneros alimentícios. A atribuição de talhões a famílias (em regime de cedência temporária, mas estável) permitirá complementar os rendimentos de trabalho, desenvolver uma dieta mais saudável com produtos naturais e ainda contribuirá para a formação ou reforço de competências sociais para o trabalho e vida pessoal, em especial, a capacidade de previsão do futuro, a poupança, a motivação. Considerando que muitas das famílias mais pobres não têm competências na agricultura, estas serão devidamente enquadradas do ponto de vista técnico, quer para a produção agrícola, quer para a gestão da terra e dos seus produtos, quer ainda para a produção de pratos que os aproveitem.

Tipo de Ação	Melhoria
Destinatários	Famílias com baixos rendimentos e famílias beneficiárias de Rendimento Social de Inserção
Responsável	Secretaria Regional da Agricultura e Florestas
Parceiros	Juntas de freguesia e Direção Regional da Solidariedade Social
Âmbito	Regional
Impacto	Grande

Indicadores		**Sit. Inicial**
I3.2.3.3.01	Número de hortas comunitárias	10 (2017)

Metas

#	2018	2019
M3.2.3.3.01	-	20

Calendarização

#	2018	2019
C3.2.3.3.01	●	●

P3.3 – Operacionalização da rede de Polos Locais de Desenvolvimento e Coesão Social (PLDCS)

P3.3.1- Constituição da equipa de coordenação da rede de PLDCS e das equipas responsáveis pela Dinamização dos Polos

A3.3.1.1- Constituir a equipa de coordenação da rede de PLDCS e as equipas responsáveis pela dinamização dos Polos		
Caraterização		
Definir a estrutura de coordenação assim como as respetivas equipas multissetoriais que operacionalizarão os Polos Locais de Desenvolvimento e Coesão Social.		
Tipo de Ação	Nova, de aplicação generalizada	
Destinatários	População em geral	
Responsável	Instituto da Segurança Social dos Açores	
Parceiros	Departamentos do Governo Regional, Autarquias, Associações e Sociedade Civil	
Âmbito	Regional	
Impacto	Elevado	
Indicadores		**Sit. Inicial**
I3.3.1.1.01	Constituição das equipas	n. a.
Metas		
#	2018	2019
M3.3.1.1.01	Constituição das equipas	
Calendarização		
#	2018	2019
C3.3.1.1.01	●	-

P3.3.2-Identificação de territórios prioritários

A3.3.2.1- Identificar os territórios prioritários		
Caraterização		
Definir os critérios de identificação dos territórios a intervir prioritariamente a partir da recolha e análise de informação nas várias áreas relevantes, nomeadamente emprego, educação, saúde e situação social.		
Tipo de Ação	Nova, de aplicação generalizada	
Destinatários	População em geral	
Responsável	Instituto da Segurança Social dos Açores	
Parceiros	Departamentos do Governo Regional, Autarquias, Associações e Sociedade Civil	
Âmbito	Regional	
Impacto	Elevado	
Indicadores		**Sit. Inicial**
I3.3.2.1.01	Identificação dos territórios	n. a.
Metas		
#	2018	2019
M3.3.2.1.01	Identificação dos territórios	_
Calendarização		
#	2018	2019
C3.3.2.1.01	●	

P3.3.3- Conceção e implementação dos Planos Locais de Ação

A3.3.3.1- Conceber e implementar os Planos Locais de Ação		
Caraterização		
Conceber e implementar Planos Locais de Ação partindo da avaliação das iniciativas existentes, potenciando-as. Os planos resultam da identificação dos recursos existentes e das dificuldades e potencialidades sinalizadas em cada território.		
Tipo de Ação	Nova, de aplicação generalizada	
Destinatários	População em geral	
Responsável	Instituto da Segurança Social dos Açores	
Parceiros	Departamentos do Governo Regional, Autarquias, Associações e Sociedade Civil	
Âmbito	Local	
Impacto	Elevado	
Indicadores		**Sit. Inicial**
I3.3.3.1.01	Implementação dos Planos nos territórios prioritários	n. a.
Metas		
#	2018	2019
M3.3.3.1.01	_	Implementação dos Planos
Calendarização		
#	2018	2019
C3.3.3.1.01	●	●

Prioridade 4- Garantir o conhecimento adequado sobre o fenómeno da pobreza na Região

A compreensão do fenómeno da pobreza, pela sua multidimensionalidade, terá de ser ancorada na produção de conhecimento. As ações previstas no âmbito desta prioridade permitirão operacionalizar um conjunto de mecanismos que garantam a produção de informação, quer quantitativa, quer qualitativa, em diversas dimensões, sobretudo nos domínios social, da educação, da saúde e do emprego. Esta informação será trabalhada, cruzada e transformada em conhecimento que norteará a implementação das ações das prioridades anteriores, permitindo depois a sua avaliação.

A informação será, pois, também um elemento fundamental para suporte à intervenção local, assim como o conhecimento gerado a partir das intervenções locais será determinante para suportar a conceção de politicas públicas de maior impacto, sobretudo no que concerne ao corte intergeracional da pobreza.

P4.1-Criação do Observatório das Dinâmicas Sociais dos Açores (ODSA)

A4.1.1 - Criar o Observatório das Dinâmicas Sociais dos Açores		
Caraterização		
Criar um observatório de cariz regional, com a responsabilidade de recolha, sistematização, análise e disseminação de informação, quer estatística, quer qualitativa, nas áreas relevantes para o combate à pobreza e exclusão social. Abrangerá, assim, as várias áreas da governação, nomeadamente na área do Emprego, Educação, Saúde, Habitação, Solidariedade Social e Juventude, de forma a permitir uma análise multidimensional do fenómeno da pobreza.		
Tipo de Ação	Nova, de aplicação generalizada	
Destinatários	Departamentos do Governo Regional, Agentes da área social, Comunidade Científica e população em geral	
Responsável	Governo Regional dos Açores	
Parceiros	A definir, entre instituições do ensino público, Associações Profissionais, entidades representativas do Terceiro Sector e organizações com reconhecido conhecimento no combate à pobreza	
Âmbito	Regional	
Impacto	Elevado	
Indicadores		**Sit. Inicial**
I4.1.1.01	Entrada em funcionamento do Observatório	n. a.
Metas		
#	2018	2019
M4.1.1.01	Entrada em funcionamento do Observatório	-
Calendarização		
#	2018	2019
C4.1.1.01	●	●

P4.2-Conceção do Sistema Integrado de Informação das Dinâmicas Sociais dos Açores (SIIDSA)

A4.2.1 – Conceber o Sistema Integrado de Informação das Dinâmicas Sociais dos Açores (SIIDSA)		
Caraterização		
Construir um sistema de informação de apoio à decisão e à adoção de medidas de política pública cada vez mais ajustadas e eficazes. Este Sistema assenta no levantamento das necessidades de informação relevante para a monitorização das várias áreas com impacto na redução da pobreza.		
Tipo de Ação	Nova, de aplicação generalizada	
Destinatários	Departamentos do Governo Regional, agentes na área social, Comunidade Científica e população em geral	
Responsável	Observatório das Dinâmicas Sociais dos Açores	
Parceiros	Administração Regional, Serviço Regional de Estatística dos Açores, Instituto Nacional de Estatística, Instituições Particulares de Solidariedade Social, associações e empresas regionais	
Âmbito	Regional	
Impacto	Elevado	
Indicadores		**Sit. Inicial**
I4.2.1.01	Entrada em produção	n. a.
Metas		
#	2018	2019
M4.2.1.01	-	Entrada em produção
Calendarização		
#	2018	2019
C4.2.1.01	●	●

III- Considerações Finais

O presente **Plano Ação apresenta um conjunto de 83 ações estratégicas** que respondem preventivamente à multidimensionalidade e à complexidade dos problemas associados à pobreza e à exclusão social identificados na Região. As ações definidas assumem um alcance temporal de médio e longo prazo, são abrangentes e diversificadas e, mais de 50% delas (46 ações), têm como destinatários as crianças e jovens.

O Plano é constituído por mais de 65% de ações novas (54 ações novas, quer de aplicação generalizada, quer experimental), de âmbito essencialmente regional (mais de 81%) e com um impacto grande ou elevado no combate à pobreza e exclusão social (mais de 62%).

Numa análise ao Plano de Ação por prioridade, verifica-se que a **Prioridade 1- Assegurar a todas as crianças e jovens, desde o início de vida, um processo de desenvolvimento integral e inclusivo,** é aquela que dispõe de um maior número de ações (46) para a consecução dos objetivos. Este facto justifica-se por ter sido assumido na Estratégia um especial enfoque na população infantojuvenil, numa lógica preventiva, considerando que os resultados positivos que agora se obtiverem terão efeitos ao longo de toda a sua vida e no desenvolvimento futuro da sociedade.

Por sua vez, a **Prioridade 2- Reforçar a coesão social na Região** é traduzida em 21 ações que cumprem o objetivo de minimizar as desigualdades sociais promovendo a capacitação e a resiliência daqueles que dispõe de menos recursos e menos competências para o fazer por si, designadamente os idosos, as pessoas com deficiência e as pessoas com doença mental.

Em relação à **Prioridade 3 - Implementar uma intervenção territorializada**, são 14 as ações que a concretizam, traduzindo o objetivo de fomentar um conjunto de iniciativas de base local, valorizando abordagens socialmente inovadoras, motivando os atores locais para a procura de recursos e soluções endógenas.

No que respeita às entidades responsáveis pela implementação das ações previstas, verifica-se o comprometimento de 10 organismos distintos desde as áreas da segurança e solidariedade social, da saúde e combate às dependências, da educação e cultura, do emprego, mas também das pescas, da agricultura, do turismo e da juventude.

Relativamente ao contributo de cada ação para os Objetivos do Biénio, conclui-se que:

- 44 ações contribuem para a concretização do **Objetivo 1** - Assegurar que todos os cidadãos, em especial as crianças e os jovens, possam exercer plenamente o direito universal aos cuidados de saúde, nomeadamente através de **medidas de promoção da saúde e prevenção da doença,** bem como o acesso a serviços de saúde de qualidade;

- 60 ações contribuem para a concretização do **Objetivo 2** - Tornar os sistemas educativos mais aptos a romper o ciclo vicioso da desigualdade, fazendo com que todas as crianças e jovens usufruam de uma **educação inclusiva e de qualidade,** que contribua para o desenvolvimento físico cognitivo, social e emocional;

- 80 ações contribuem para a concretização do **Objetivo 3** - Garantir a **equidade no acesso a serviços de qualidade** e economicamente comportáveis para as famílias;

- 57 ações contribuem para a concretização do **Objetivo 4** - Melhorar a **inserção no mercado de trabalho**, particularmente dos jovens, através do suporte à procura de emprego e qualificação adequada.

A implementação deste Plano pressupõe, por um lado, a **criação de uma identidade comum** que mobilize agentes públicos e privados em torno do desígnio de redução da pobreza na Região e, por outro, a **consolidação das parcerias** previstas na implementação das ações do Plano, de forma a alcançar uma efetiva resposta integrada às situações, com centralidade na pessoa e no contexto evolvente.

Avaliar e monitorizar são tarefas indispensáveis para conhecer melhor e para agir melhor, mas são também fundamentais para **assegurar aos cidadãos informação** sobre o processo e os resultados no sentido de mobilizar todos para o processo de mudança, uma vez que todos temos um papel a desempenhar na construção de uma sociedade mais justa, igualitária e socialmente coesa.

IV - Glossário

Taxa de abandono precoce de educação e formação- Relação percentual entre o número de indivíduos com idades entre os 18 e os 24 anos que não concluíram o ensino secundário e que não se encontram a frequentar o sistema educativo ou formação profissional e o número de indivíduos nesse grupo etário.

Taxa de atividade feminina- Taxa que permite definir o peso da população feminina ativa sobre o total da população.

Taxa de cobertura de médico de medicina geral e familiar- Percentagem de indivíduos com médico de família numa área de abrangência (territorial) definida.

Taxa de cobertura pelo Programa Regional de Intervenção Precoce - Número crianças acompanhadas pelas Equipas Técnicas de Intervenção Precoce sobre o total de crianças elegíveis para o Programa Regional de Intervenção Precoce, previamente sinalizadas.

Taxa de cobertura vacinal- Percentagem de indivíduos de uma determinada idade/coorte vacinados com determinada vacina, de acordo com o esquema recomendado ou com os esquemas cronológicos de recurso (em atraso e tardio), relativamente ao número total de indivíduos dessa idade/coorte, no período de referência.

Taxa de desemprego jovem- Percentagem da população desempregada dos 15 aos 24 anos no total da população ativa do mesmo grupo etário.

Taxa de desemprego- Taxa que permite definir o peso da população desempregada sobre o total da população.

Taxa de empregabilidade- Proporção de participantes empregados 6 meses após terminada a participação nos programas de apoio à contratação sobre o total de participantes.

Taxa de integração em creche/ama das crianças do 1º escalão do Complemento Açoriano ao Abono de Família de Crianças e Jovens- Rácio entre o número de crianças do primeiro escalão do Complemento Açoriano ao Abono de Família para Crianças e

Jovens em creche ou ama, e o número total de crianças beneficiárias do Complemento Açoriano ao Abono de Família para Crianças e Jovens no 1.º escalão.

Taxa de jovens que não trabalham, não estudam nem seguem uma formação (NEEF)- taxa que permite definir a relação entre a população de jovens de um determinado grupo etário (15-34) não empregados que não estão em educação ou formação e a população total de jovens do mesmo grupo etário (15-34).

Taxa de mortalidade infantil – Número de óbitos de crianças com menos de 1 ano de idade observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido ao número de nados vivos do mesmo período (habitualmente expressa em número de óbitos de crianças com menos de 1 ano por 1000 (10^3) nados vivos).

Taxa de obesidade- Percentagem de indivíduos cujo índice de massa corporal (IMC) é superior a 30Kg/m2, sendo este valor obtido dividindo o peso da pessoa pelo quadrado da sua altura.

Taxa bruta de pré-escolarização- Relação percentual entre o número de crianças inscritas na educação pré-escolar e o número de crianças da população residente com idades compreendidas entre os 3 e os 5 anos.

Taxa potencial de cobertura de Centros de Atividades de Tempos Livres- Rácio entre a capacidade instalada (n.º de lugares) e a população-alvo da resposta social (população 6-10 anos).

Taxa potencial de cobertura de creches e amas- Rácio entre a capacidade instalada (n.º de lugares) e a população-alvo da resposta social (população 0-2 anos).

Taxa potencial de cobertura de estruturas residenciais para idosos- Rácio entre a capacidade instalada (n.º de lugares) e a população-alvo da resposta) social (população >= 65 anos).

V - Anexos

Lista de ações por Prioridade Estratégica e Área de Intervenção

Prioridade	Área de Intervenção	Ação
PRIORIDADE 1 - Assegurar a todas as crianças e jovens, desde o início de vida, um processo de desenvolvimento integral e inclusivo	1.1 - Promoção da saúde Infantojuvenil através de uma resposta pública, universal e eficaz	A 1.1.1.1- Aumentar a taxa de cobertura dos Exames Globais de Saúde
		A 1.1.1.2- Promover a vigilância infantil através das consultas de saúde infantojuvenil
		A 1.1.1.3- Melhorar a taxa de resposta atempada a crianças referenciadas no âmbito do Programa Regional de Intervenção Precoce
		A 1.1.2.1- Implementar o Plano Regional de Promoção da Alimentação Saudável
		A 1.1.2.2- Melhorar a oferta alimentar das Creches e Jardins de Infância
		A 1.1.3.1- Acompanhar os pais de crianças com perturbações do foro mental
	1.2 - Promoção da parentalidade responsável	A 1.2.1.1- Conceber um programa de apoio aos pais na educação dos seus filhos, desde a gravidez e ao longo dos vários estádios de desenvolvimento destes
		A 1.2.1.2- Promover atividades conjuntas entre pais e filhos, de partilha de momentos de leitura e ou conteúdos digitais
		A 1.2.1.3- Capacitar os pais para a promoção da saúde, bem estar e desenvolvimento das crianças, através do alargamento do programa de educação parental da Região
		A 1.2.1.4- Implementar o projeto-piloto "Oficinas da Parentalidade Positiva"
		A 1.2.1.5- Desenvolver ações de sensibilização para os direitos das crianças
	1.3 - Aumentar o acesso a respostas sociais e educativas a crianças na primeira infância	A 1.3.1.1 Sensibilizar os pais para a integração das crianças em creche
		A 1.3.1.2- Reforçar o número de vagas disponíveis em creche
		A 1.3.2.1- Definir conteúdos pedagógicos e atividades adequados à resposta de Centro de Atividades de Tempos Livres (CATL) direcionado para crianças entre os 3 e 5 anos
		A 1.3.2.2- Alargar a resposta de Centro de Atividades de Tempos Livres (CATL) direcionada para crianças entre os 3 e 5 anos
		A 1.3.3.1- Encaminhar as crianças entre os 3 e 5 anos, não inseridas em Jardim de Infância, para esta resposta através da sensibilização das respetivas famílias
	1.4 - Promoção do Sucesso Escolar em todos os níveis de ensino	A 1.4.1.1- Consolidar a Parceria de Intervenção Comunitária para o sucesso educativo "Escola, família, comunidade" e disseminar a novas escolas
		A 1.4.2.1- Apoiar o estudo dos jovens através da criação de Pontos de Apoio
		A 1.4.2.2- Implementar melhorias no funcionamento dos CATL em resultado de um estudo de caracterização do funcionamento desta resposta
		A 1.4.2.3- Assegurar aos jovens a partir dos 12 anos uma resposta de ocupação de tempos livres
		A 1.4.3.1- Alargar a Rede de Centros de Desenvolvimento e Inclusão Juvenil através da criação de novas estruturas

Prioridade	Área de Intervenção	Ação
		A 1.4.3.2- Reforçar a capacidade técnica dos Centros de Desenvolvimento e Inclusão Juvenil (CDIJ)
		A 1.4.3.3- Alargar a idade limite dos jovens abrangidos pela resposta dos Centros de Desenvolvimento e Inclusão Juvenil de forma a reduzir o abandono precoce de educação e formação
		A 1.4.4.1- Conceber um programa regional, de carácter lúdico-pedagógico, de valorização do sucesso e progressão escolar
		A 1.4.4.2- Implementar o projeto-piloto "Ciência na Escola"
		A 1.4.4.3- Alargar e difundir os conteúdos da plataforma Recursos Educativos Digitais e Abertos (REDA)
		A 1.4.4.4- Disseminar os conteúdos culturais presentes nas bibliotecas e museus da Região através de exposições itinerantes com serviço educativo
	1.5 - Promoção da saúde e desenvolvimento pessoal dos jovens	A 1.5.1.1- Realizar um estudo de caracterização dos comportamentos aditivos na Região Autónoma dos Açores
		A 1.5.1.2- Implementar o Plano de Ação para a Redução dos Problemas Ligados ao álcool
		A 1.5.1.3- Implementar o projeto "Domicílios e Carros 100% Livres de Fumo", no âmbito do Plano de Ação de Combate ao tabagismo
		A 1.5.1.4- Desenvolvimento do projeto "Giros"
		A 1.5.1.5- Criação do Centro de Reabilitação Juvenil
		A 1.5.2.1- Aplicar o Sistema de Vigilância de Comportamentos de Risco nos Jovens (SVCRJ) nas Escolas Profissionais
		A 1.5.2.2- Alargar a abrangência da Saúde Escolar aos Centros de Desenvolvimento e Inclusão Juvenil (CDIJ)
		A 1.5.3.1- Potenciar iniciativas de voluntariado jovem, nomeadamente na área ambiental e social
		A 1.5.3.2- Organização de campos de férias sob a temática "Educação pela Arte"
		A 1.5.3.3- Disseminar o Projeto "Equipa-te", como forma de reforço das competências pessoais e sociais dos jovens por via da prática desportiva
	1.6 - Aumento da empregabilidade dos jovens e a sua inserção no mercado de trabalho através da melhoria da qualificação, em especial os NEEF	A 1.6.1.1- Criar uma rede de sinalização de jovens que não estudam, nem trabalham, nem estão em formação, de forma a garantir uma resposta adequada
		A 1.6.2.1- Melhorar a caracterização do perfil dos jovens NEEF inscritos nas Agências de Emprego através de uma abordagem personalizada de orientação
		A 1.6.3.1- Aumentar o número de jovens abrangidos por projetos de apoio à inserção socio laboral, direcionados para o reforço das competências transversais de empregabilidade
		A 1.6.3.2- Reforçar a formação na componente académica e profissional direcionada para os jovens da comunidade piscatória
		A 1.6.3.3- Desenvolver a ação "Curso de Competências Básicas para a Empregabilidade", destinada a melhorar as ferramentas para a empregabilidade
		A 1.6.4.1- Facilitar a inserção no mercado de trabalho de jovens com o ensino secundário e superior através de estágios profissionais
		A 1.6.4.2- Complementar e aperfeiçoar as competências socioprofissionais dos formandos, através da frequência de um estágio - medida Reativar+

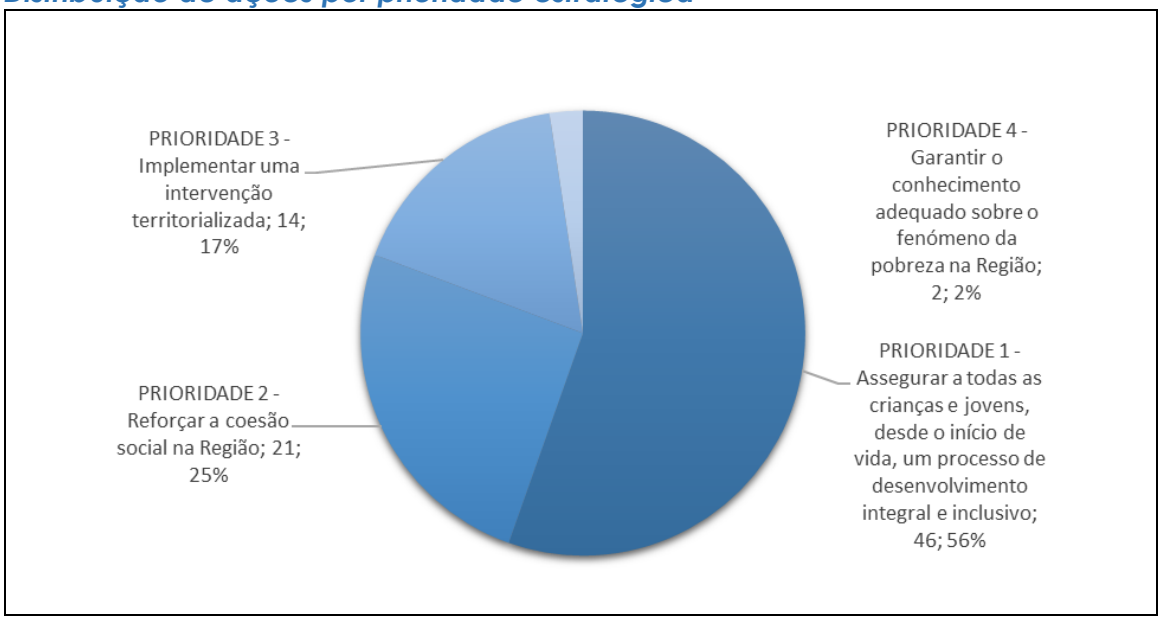
Prioridade	Área de Intervenção	Ação
		A 1.6.4.3-Incentivar a criação de postos de trabalho através de apoios à contratação
		A 1.6.4.4- Melhorar as qualificações dos jovens sem o 9.º ano de escolaridade através de Cursos de Aquisição Básica de Competências
PRIORIDADE 2 - Reforçar a coesão social na Região	2.1 - Responder aos desafios do Envelhecimento	A 2.1.1.1 Promover a atividade física dos idosos através da implementação de iniciativa regional em articulação entre o GRA e as Autarquias Locais
		A 2.1.1.2-Implementar a iniciativa regional de eventos de partilha intra e intergeracional de histórias de tradição oral
		A 2.1.1.3- Melhorar o acesso aos livros por parte da população idosa para promoção da leitura
		A 2.1.1.4- Conceber um programa de voluntariado
		A 2.1.2.1- Criar o Estatuto do Cuidador
		A 2.1.2.2- Implementar o Gabinete de Apoio ao Cuidador
		A 2.1.3.1- Melhorar a acessibilidade aos cuidados domiciliários nas Unidades de Saúde de Ilha
		A 2.1.3.2- Incrementar a Literacia em Saúde na população idosa
		A 2.1.4.1- Melhorar a acessibilidade dos idosos e pessoas com mobilidade reduzida na sua residência
		A 2.1.4.2- Criar o Banco Regional de Produtos de Apoio
		A 2.1.5.1- Reforçar as vagas disponíveis direcionadas para acolhimento de idosos
	2.2 - Requalificação técnica das respostas sociais destinadas a pessoas com deficiência e promoção da sua integração no mercado de trabalho	A 2.2.1.1- Avaliar os Centros de Atividades Ocupacionais
		A 2.2.1.2- Avaliar o grau de satisfação dos clientes dos Centros de Atividades Ocupacionais
		A 2.2.1.3- Melhorar a qualidade da resposta dos Centros de Atividade Ocupacional (CAO) e Lares Residenciais através do reforço da formação dos respetivos colaboradores
		A 2.2.1.4- Rever o enquadramento legal com vista à promoção das atividades socialmente úteis e empregabilidade de pessoas com deficiência e problemas de saúde mental
		A 2.2.1.5- Implementar um projeto-piloto de apoio à inserção socioprofissional de pessoas com deficiência
		A 2.2.1.6- Apoiar a mobilidade da pessoa com deficiência através da implementação do projeto-piloto "Açores para todos"
		A 2.2.1.7- Melhorar a capacidade técnica dos Centros de Atividades Ocupacionais (CAO) através da revisão do financiamento público a esta resposta
		A 2.2.2.1- Aumentar e reabilitar a capacidade de resposta em Centro de Atividades Ocupacionais
	2.3 - Promoção da Saúde Mental	A 2.3.1.1- Implementar a Rede Regional de Cuidados Continuados Integrados de Saúde Mental
		A 2.3.2.1 - Curso de formação de preparação para a reforma
PRIORIDADE 3 - Implementar uma intervenção territorializada	3.1 - Dinamização dos Polos Locais de Desenvolvimento e Coesão Social nos territórios prioritários	A 3.1.1.1- Conceber o enquadramento legal e suporte aos Polos Locais de Desenvolvimento e Coesão Social (PLDCS)
		A 3.1.2.1- Dinamizar fóruns locais

Prioridade	Área de Intervenção	Ação
	3.2 - Identificação e dinamização local de iniciativas geradoras de emprego	A 3.2.1.1- Reforçar o acompanhamento aos beneficiários de rendimento social de inserção em contexto laboral, por parte dos serviços da Segurança Social
		A 3.2.1.2- Implementar o Plano Integrado de Promoção da Empregabilidade da Costa Norte de S. Miguel
		A 3.2.2.1- Lançar o projeto-piloto "Mobilidade de Famílias"
		A 3.2.2.2- Lançar o projeto-piloto "Mobilidade de Segmentos de Frota"
		A 3.2.2.3- Divulgar e sensibilizar a comunidade piscatória para a nova convenção coletiva de trabalho do setor
		A 3.2.2.4- Implementar iniciativas de desenvolvimento local de base comunitária, geradoras de postos de trabalho alternativos à área da pesca
		A 3.2.3.1- Promover ações de formação para a integração de jovens na agricultura
		A 3.2.3.2- Promover e divulgar a atividade agrícola
		A 3.2.3.3- Promover hortas comunitárias
	3.3 - Operacionalização da rede de Polos Locais de Desenvolvimento e Coesão Social (PLDCS)	A 3.3.1.1- Constituir a equipa de coordenação da rede de PLDCS e as equipas responsáveis pela Dinamização dos Polos
		A 3.3.2.1- Identificar os territórios prioritários
		A 3.3.3.1- Conceber e implementar os Planos Locais de Ação
PRIORIDADE 4 - Garantir o conhecimento adequado sobre o fenómeno da pobreza na Região	4.1 - Criação do Observatório das Dinâmicas Sociais dos Açores (ODSA)	A 4.1.1 - Criar o Observatório das Dinâmicas Sociais dos Açores
	4.2 - Conceção do Sistema Integrado de Informação das Dinâmicas Sociais dos Açores (SIIDSA)	A 4.2.1 - Conceber o Sistema Integrado de Informação das Dinâmicas Sociais dos Açores (SIIDSA)

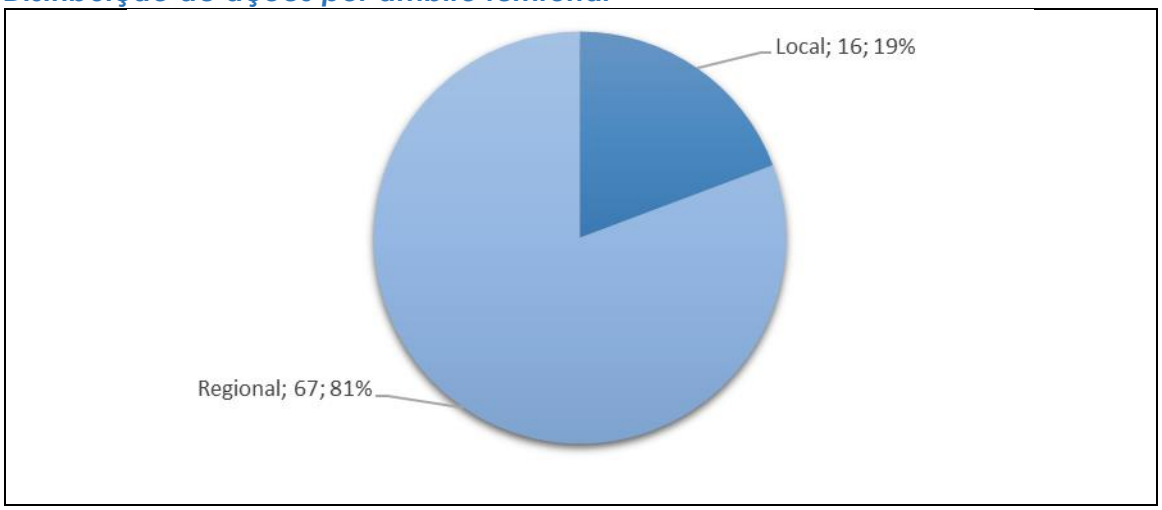
Afetação de recursos por área de intervenção

Prioridade Estratégica / Área de Intervenção	Recursos Afetos (€)
Prioridade 1	55 613 010
1.1 - Promoção da saúde Infantojuvenil através de uma resposta pública, universal e eficaz	213 797
1.2 - Promoção da parentalidade responsável	181 623
1.3 - Aumentar o acesso a respostas sociais e educativas a crianças na primeira infância	3 583 646
1.4 - Promoção do Sucesso Escolar em todos os níveis de ensino	846 561
1.5 - Promoção da saúde e desenvolvimento pessoal dos jovens	412 127
1.6 - Aumento da empregabilidade dos jovens e a sua inserção no mercado de trabalho através da melhoria da qualificação, em especial os NEEF	50 375 256
Prioridade 2	10 408 669
2.1 - Responder aos desafios do Envelhecimento	7 442 605
2.2 - Requalificação técnica das respostas sociais destinadas a pessoas com deficiência e promoção da sua integração no mercado de trabalho	2 840 552
2.3 - Promoção da Saúde Mental	125 512
Prioridade 3	3 117 390
3.1 - Dinamização dos Polos Locais de Desenvolvimento e Coesão Social nos territórios prioritários	3 440
3.2 - Identificação e dinamização local de iniciativas geradoras de emprego	3 086 086
3.3 - Operacionalização da rede de Polos Locais de Desenvolvimento e Coesão Social (PLDCS)	27 864
Prioridade 4	118 136
4.1 - Criação do Observatório das Dinâmicas Sociais dos Açores (ODSA)	73 792
4.2 - Conceção do Sistema Integrado de Informação das Dinâmicas Sociais dos Açores (SIIDSA)	44 344
Total	**69 257 205**

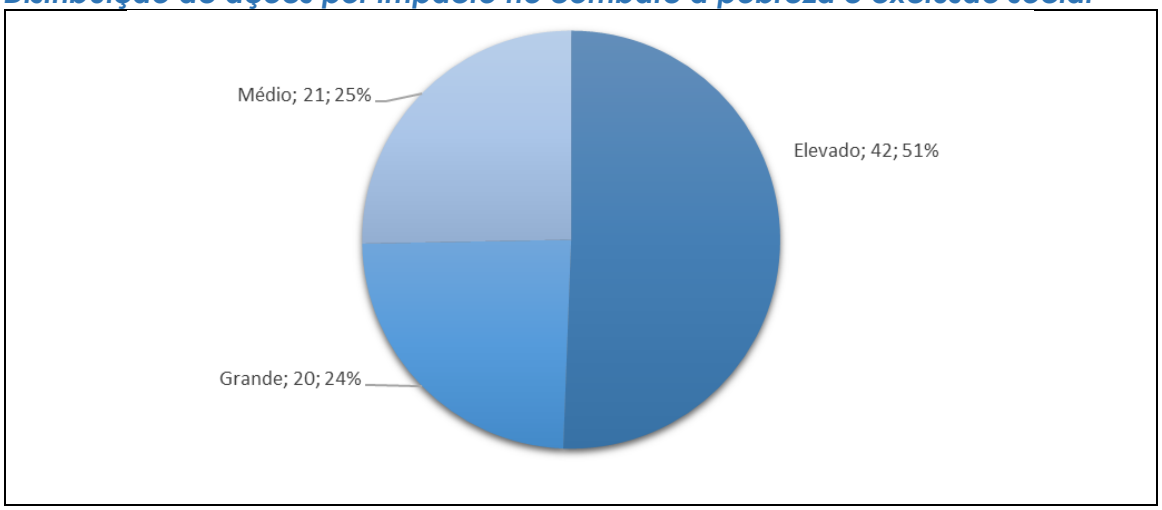
Distribuição de ações por prioridade estratégica



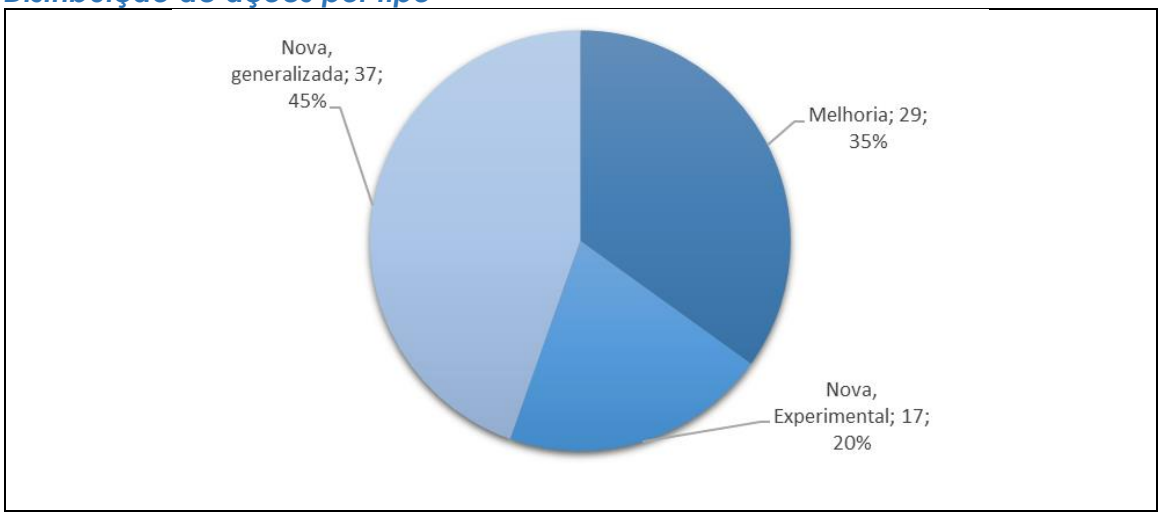
Distribuição de ações por âmbito territorial



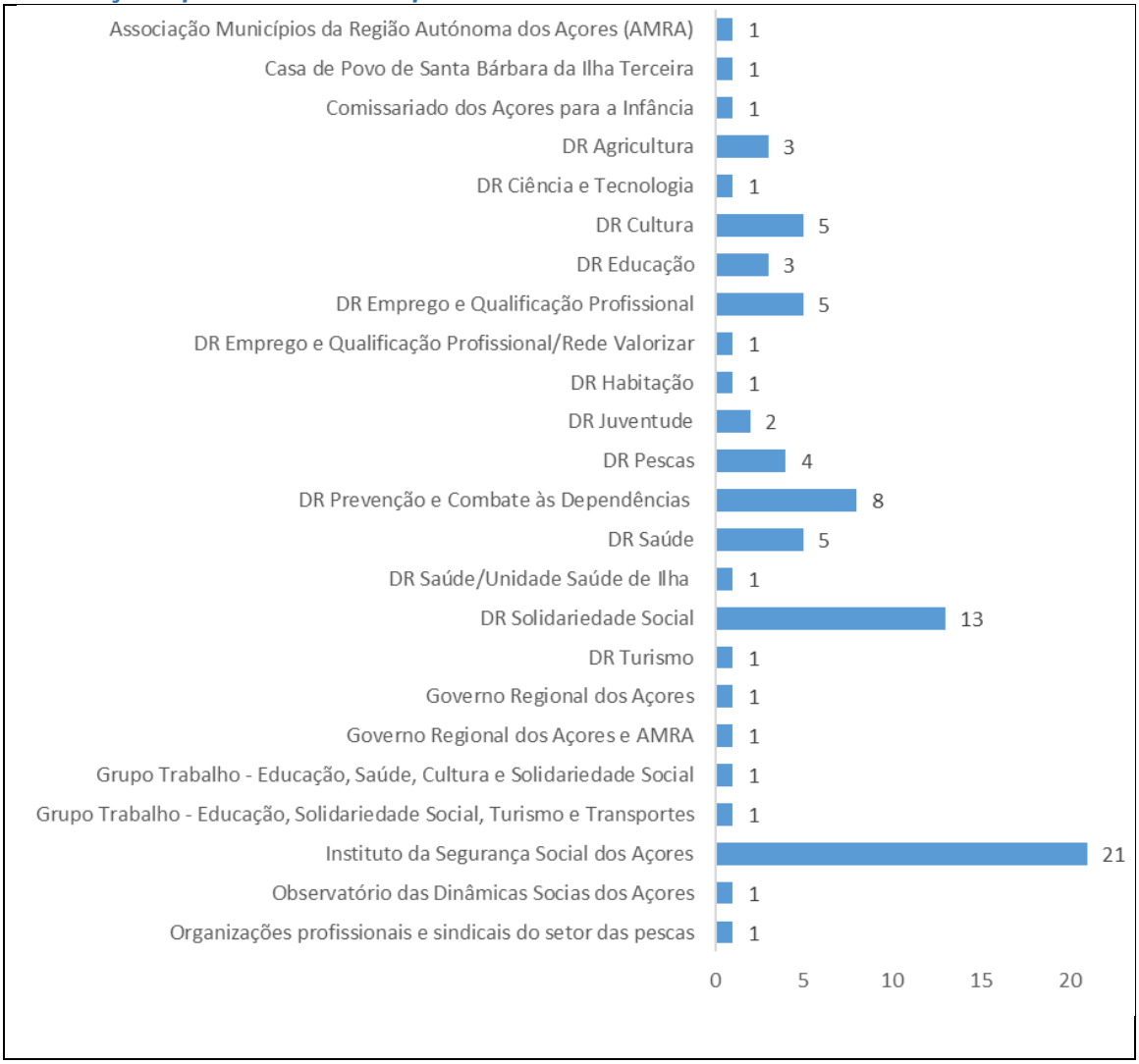
Distribuição de ações por impacto no combate à pobreza e exclusão social



Distribuição de ações por tipo



Nº de ações por entidade responsável



Nº de acções por objetivos do biénio 2018-2019

